



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua Acre nº 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000
Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2020/295

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/248 de 31.05.2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da internet, no *site*: www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 10.024/19, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, da LDO vigente, das Resoluções 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do CNJ, da Instrução Normativa nº 001/2016 do CJF, da Portaria TRF2-PTP-2017/110 de 15/03/2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 31 de julho de 2023	Horário (de Brasília): 11:30
Local: www.gov.br/compras.	

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Planilhas de Formação de Preços;
- Anexo III - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;
- Anexo IV - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;
- Anexo V - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;
- Anexo VI - MODELO DE DOCUMENTOS IN 001/2016 CJF;
- Anexo VII - Termo de Conciliação Judicial;
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;
- Anexo IX - Minuta do Contrato Administrativo.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para a execução de serviços especializados em operação, manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado central (expansão direta e indireta) e individuais e nos sistemas de ventilação e exaustão mecânicas, com fornecimento de mão de obra e materiais, nas edificações do Tribunal Regional Federal da 2ª Região situadas à Rua Acre nº 80, Rua Visconde de Inhaúma nº 68 e CCJF na Av. Rio Branco nº 241**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos anexos do Edital.

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto nº 10.024/2019.

2.4 - Não poderão participar deste Pregão:

2.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.4.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.4.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.4.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.4.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.4.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.4.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/21, observada, também, a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016;

2.4.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

- 2.4.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
- 2.4.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.4.11- As Sociedades Cooperativas de Mão de Obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/71, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, constante do Anexo VII deste Edital;
- 2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação;
 - 2.7.2 - Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.7.3 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 108, 110, 111 e 112, da Instrução Normativa - RFB nº 2.110, de 17/10/2022 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
 - 2.8.1 - A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos atos, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
 - 2.8.2 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil -

RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Participará do pregão eletrônico, as licitantes que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.
- 3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível. (art. 9º, § 1º do Decreto 10.024/19).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 10 do Decreto 10.024/19).
- 3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:
 - 3.4.1 Credenciar-se previamente no SICAF ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º do Decreto 10.024/19, no sistema eletrônico utilizado no certame;
 - 3.4.2 Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
 - 3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 19, Inc. III do Decreto 10.024/19).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, concomitantemente com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos no Edital, até a data e horários marcados para abertura da sessão pública, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL ANUAL (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA ANEXO II H)**, conforme Planilhas de Especificações e Preços,

constantes do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet (art. 26 do Decreto 10.024/19).

- 4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - Planilha detalhada da composição do custo e formação do preço final da categoria profissional (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes), e dos materiais de consumo e componentes, conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II deste edital;
 - 5.6.1 - Proposta Comercial formulada com base nos salários normativos das categorias profissionais constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital, de acordo com Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;
 - 5.6.2 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;
 - 5.6.3 - Os percentuais encontrados na Planilha de Formação de Preços deverão ser preenchidos nos termos da legislação pertinente.
 - 5.6.4 - **Preços mensal e anual**, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme modelos de planilha constantes do Anexo II;
 - 5.6.5 - **O valor da hora extra** dos profissionais que compõem o efetivo.
 - 5.6.5.1 - Os valores de hora extra não integram as Planilhas de Formação de Preços.
 - 5.6.5.2 - A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a **memória de cálculo** das horas-extras.

5.6.6 - No preenchimento das planilhas, as empresas optantes pelo SIMPLES não poderão beneficiar-se da condição de optante, devendo preencher as planilhas sem considerar o tratamento tributário diferenciado;

5.6.7 – Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizado como base para formulação da proposta.

5.6.8 - O valor da remuneração dos empregados terceirizados não poderá ser inferior ao previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou ainda, se for o caso, ao fixado pela Administração.

5.6.9 - Os preços dos custos de vale-alimentação e de vale-transporte dos empregados terceirizados.

5.6.9.1 - O pagamento de vale-alimentação e de vale-transporte será obrigatório, ainda que não esteja previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

5.6.9.2 - O fornecimento de alimentação no local de trabalho, caso previsto em Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, será possível, tendo em vista a possibilidade de disponibilização de refeitório para o efetivo a ser alocado nos prédios do Contratante.

5.6.10 - Conceder Adicional para as categorias profissionais, conforme o caso (insalubridade ou periculosidade), de acordo com os percentuais indicados na CCT das categorias profissionais constantes da planilha de preços:

5.6.10.1 - Ficará a cargo da CONTRATADA, providenciar a realização de Laudo Pericial anual, devendo o primeiro ocorrer, em até 30 (trinta), dias após a assinatura do contrato.

5.6.10.2 - O CONTRATANTE não efetuará o pagamento à CONTRATADA dos valores referentes aos adicionais de insalubridade até que o Laudo Pericial anual seja entregue à FISCALIZAÇÃO.

5.6.10.3 - Caso seja prorrogado o contrato, ficará a cargo da CONTRATADA providenciar a realização de Laudo Pericial anual para continuidade do pagamento do referido Adicional.

5.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico;

5.8 - **Prazo de vigência do contrato**: 12 (*doze*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;

5.9 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 e 5.8, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.

5.10 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas)

horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do próprio Sistema Comprasnet. (arts. 26, §9º e 38, §2º do Decreto 10.024/19).

5.10.1- O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

5.11- Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.12 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.13 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.14 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.14.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

5.14.2 - não atenderem às exigências deste Pregão.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais.

6.2 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.3 - O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF 2ª REGIÃO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.4 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.5 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.6 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª REGIÃO.

6.7 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado pela Administração ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

6.7.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

6.7.3 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis.

6.7.4 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.7.5 - Preço máximo unitário por profissional, conforme modelo de planilha constante do Anexo II A.

7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)

7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual do objeto desta licitação, (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA ANEXO II H)**, sob pena de desclassificação.

7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, após isso, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7.4 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao(s) licitante(s) que tenha(m) apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.7.5 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelo(s) (demais) licitante(s).

7.7.6. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), tanto em relação ao lance intermediário, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL - valor total anual do objeto desta licitação, (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA ANEXO II H)**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no item 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

- 8.5 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no item 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da(s) licitante(s) conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.6 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL - valor total anual do objeto desta licitação, (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA ANEXO II H)** observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.7 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.8 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.9 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.10 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.11 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das

condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº8429/92.

9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014 e 1400/2015 e 3.193/17).

9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

- 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
 - 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
 - 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
 - 9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.5.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, comprovando a habilitação da licitante na área de engenharia mecânica, e seu atual quadro de responsáveis técnicos;
- 9.5.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
 - 9.5.2.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, pelo menos, 01 (*um*) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, que ateste que a licitante tenha prestado serviços similares contendo referência à:
 - 9.5.2.1.1 Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado central do tipo expansão indireta e sistema primário variável com PLC, com capacidade igual ou superior a 650 TR e gerenciado e controlado por meio de (controlador lógico programável);
- 9.5.3 - Indicação do Engenheiro Mecânico responsável técnico, arrolado na Certidão relativa ao subitem 9.5.1, que será o detentor de ART por todos os serviços a serem desenvolvidos.

- 9.5.3.1 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.
- 9.5.4 - Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, certidão ou registro emitido/registrado pelo CREA, que comprove a experiência do profissional indicado na execução de serviços similares, conforme mencionado no subitem 9.5.2.
- 9.5.5 - Comprovação de, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação, comprovados por meio de atestados ou declarações de capacidade técnica, cópias de contratos, registros em órgãos oficiais, ou outros documentos idôneos.
- 9.5.6 Apresentação de um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que gerenciou ou gerencia contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação com, no mínimo, 14 (quatorze) empregados terceirizados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificada no seu contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil (RFB).
- 9.5.7 Comprovação de que o licitante gerenciou ou gerencia contratos de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor total estimado para materiais e/ou equipamentos.
- 9.5.8 Será aceito o somatório de atestados para comprovar a qualificação técnica operacional profissional, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante. Entende-se como concomitante o período de prestação de serviço compreendido com as mesmas datas em dias, meses e anos.
- 9.5.9 Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- 9.5.10 A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial do licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pelo licitante.

9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 9.6.1 - Balanço Patrimonial do exercício social exigível na forma da lei e regulamentos na data de realização da licitação, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório;

- 9.6.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;
- 9.6.3 - Relação de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura do procedimento licitatório, contendo o nome do contratante, do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), a data de assinatura do contrato, a vigência e o valor anual do contrato, ou, se o contrato tiver sido assinado com vigência inferior a 12 (doze) meses, o valor total do contrato, conforme ANEXO VIII.
- 9.6.4 - O valor total da relação de contratos de que trata o subitem 9.6.3, que apresentar divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação ao valor da receita bruta apresentado na DRE, deverá estar acompanhado das devidas justificativas a respeito da divergência.
- 9.6.5 - A Administração do TRF 2ª REGIÃO fixará prazo para apresentação das justificativas de que trata o subitem 9.6.4, quando não forem entregues concomitantemente à documentação exigida no processo licitatório.
- 9.6.6 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.
- 9.6.7 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 a 9.6.6 deverão comprovar:
 - 9.6.7.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
 - 9.6.7.1.1 – A comprovação dos índices contábeis pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF.
 - 9.6.7.2- Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (CG) (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado para a contratação (cf. portaria TRF2-PTP-2017/00110);
 - 9.6.7.3 - Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
 - 9.6.7.4 - Que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do processo licitatório, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante;
- 9.7 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.
- 9.8 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.9 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.9, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

10 - DA VISTORIA:

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;

10.3 - A vistoria ocorrerá em dia útil, conforme disponibilidade, de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, mediante prévio agendamento pelo e-mail semmec@trf2.jus.br. As visitas sem agendamento prévio ficarão condicionadas à disponibilidade de servidor para acompanhamento;

10.4 - CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pela Seção de Manutenção de Instalações Mecânicas / SEMMEC, Rua Acre, nº 80/16º andar– sala 1603 - Centro/Rio de Janeiro, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação.

10.4.1 - Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413 - JC	33.90.37.04 – Manut e Conservação de Bens Imóveis

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no site do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e no site: www.gov.br/compras, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 12.5 - Acolhida a impugnação do edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s), em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 13.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, o TRF 2ª Região convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos na Rua Visconde de Inhaúma, 68/ 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a retirada da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-la por meio eletrônico.
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do o TRF 2ª Região, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94, e art. 49 do Decreto 10.024/19.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 14.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:
- 14.6.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 14.6.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 3 (três) vezes no TRF 2ª Região, a cada período de vigência do contrato;
- 14.6.3 - a Administração do TRF 2ª Região tenha interesse na continuidade dos serviços;
- 14.6.4 - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TRF 2ª Região;

14.6.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

14.6.6 - a vantajosidade econômica para a prorrogação de contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, de que trata o subitem 14.6.4, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

14.6.6.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no edital;

14.6.6.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no edital;

14.6.7 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

14.7 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.

14.7.1. - A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.7.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.7.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

14.7.2.2. Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;

14.7.2.3. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.7.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

14.7.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.7.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

14.7.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 14.7.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

14.7.4.2 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 14.7.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.7.4.3. - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

14.7.5- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

14.7.6. - Será considerada extinta a garantia:

14.7.6.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.7.6.2. Com a extinção do contrato.

14.7.7. - Isenção de responsabilidade da garantia:

14.7.7.1. O TRF 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.7.7.1.1. Caso fortuito ou força maior;

14.7.7.1.2. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

14.7.7.1.3. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.7.7.1.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

14.7.7.2. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.7.7.1.3 e 14.7.7.1.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo TRF 2ª Região.

14.8 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.

14.8.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital;

14.9 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

14.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do contrato.

14.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

14.10.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

14.11 – O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 14.8.1 e 14.10.1 será de, no máximo, 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

15.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte forma:

15.1.1 -**Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

15.1.2-**Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

- 15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no item 15.6 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.
- 15.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.
- 15.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 15.5 - O aceite/aprovação do(s) serviço(s)/produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) serviço(s)/produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao o TRF 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/90;
- 15.6 - Após a celebração do contrato, o TRF 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;
- 16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
- 16.1.1.1 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:
- 16.1.1.1.1 - Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;
- 16.1.1.1.2 - Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa

- RFB nº 2.110, de 17/10/2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

16.1.1.1.3 - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal pertinente.

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na **Subsecretaria de Controle de Custos de Compras**, situada na **Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar**, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, **devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail** notafiscal@trf2.jus.br, acompanhado dos seguintes documentos:

16.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

16.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

16.2.3 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

16.2.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

16.2.5 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

16.2.5.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte se dará com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários;

16.2.6 - Comprovantes de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

16.2.6.1 - A comprovação da entrega de auxílio-alimentação dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

- 16.2.7 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de relatório de ponto biométrico, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;
- 16.2.7.1 - Demonstrativo do cálculo utilizado (memória de cálculo) para fins de determinação do valor devido aos serviços emergenciais de caráter corretivos executados fora do horário normal do expediente, prestados no mês de referência do documento fiscal.
- 16.2.8 – A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;
- 16.2.9 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;
- 16.2.10 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador;
- 16.2.11 - Todos os materiais e componentes deverão ser fornecidos pela Contratada, aos preços por ela propostos, nos termos do Contrato, os quais serão medidos pelos quantitativos efetivamente gastos e pagos pelo Contratante mensalmente.
- 16.2.12 - A Contratada apresentará mensalmente documento fiscal com os valores a que se refere o Anexo II F - Serviços, relativamente aos serviços de tratamento de água e os referentes a limpeza de dutos, bem assim quanto à manutenção corretiva dos chiller, quando estes ocorrerem.
- 16.2.13 - Relatório dos serviços executados e dos materiais efetivamente consumidos no período correspondente, sem o qual o documento fiscal não será atestado.
- 16.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;
- 16.4 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 16.5 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 16.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

16.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.8 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/03 e a legislação municipal aplicável.

17. - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

17.1 - Será destacado do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

17.1.1 - Férias;

17.1.2 - 1/3 constitucional;

17.1.3 - 13º Salário;

17.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

17.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

17.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/18-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A Submódulo 2.2 da IN 05/2017 – MPDG RAT	Mínimo 34,30% 0,50%	Máximo 39,80% 6,00%	Mínimo 28,50% 0,50%	Máximo 34,00% 6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser destacado da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ n. 169/2013.

17.3 - Os valores das rubricas indicadas no item 17.1 serão glosados do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

17.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

17.4 – Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

17.5 – A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados, da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

17.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

17.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

17.8 - A contratada poderá:

I - solicitar, durante a execução do contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 17.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria, quando exigível, com a comprovação de depósito em conta corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para pagamento das verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013 e 248/2018 e pela IN 1/2016-CJF, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT, homologado, se exigível) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT, homologado, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato.

§ 2º Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

17.9 - O pedido da empresa deverá conter, além dos documentos citados no art.12 da IN 2016/0001 do CJF, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram destacadas para cada empregado durante a vigência do contrato.

17.10 – O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - previsto no item anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos

comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 17.1.

- 17.11 – O Contratante expedirá autorização de que trata o item 17.8, I, depois de confirmado o pagamento das verbas trabalhistas destacadas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.
- 17.12 - Todos os termos da Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resoluções nºs 183/2013, de 24/10/2013, e 248/2018, de 24/05/2018, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

18 – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

- 18.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

18.1.1 - O interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado:

18.1.1.1 - Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.

c) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

18.1.1.2 - No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

18.1.1.2.1 - Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (dose) meses, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.

18.1.1.3- Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

18.1.1.4 - Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 12 (doze) meses previsto o subitem 18.1.1.2.

18.1.1.5 - Quando o interregno mínimo de 12 (doze) meses previsto no item 18.1.1.4 não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

18.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da contratada, e acompanhados de:

18.2.1 - no caso das repactuações:

18.2.1.1 - documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

18.2.1.2 - novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

18.2.1.3 - demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

18.2.1.4 - documentos que comprovem que a contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

18.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato **e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do contratante.**

18.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

18.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

18.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

18.5.1 - No caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no edital e no contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme fixado em edital;

18.5.2 - No caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

18.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 12 (doze) meses a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

18.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

19 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

- 19.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.
- 19.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
- 19.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
 - 19.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
 - 19.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.
- 19.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 19.4 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme solicitação:
- 19.4.1 - Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;
 - 19.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;
 - 19.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
 - 19.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;
 - 19.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.
- 19.5 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:
- 19.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:
 - a) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
 - b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;

c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

19.5.2 - Até 15 (quinze) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

19.5.3 - Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, se exigível;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;
- d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;
- e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;
- f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1 A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 60 (sessenta) dias da assinatura de contrato e, posteriormente quando solicitado pela fiscalização, os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

20.2 A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de substituição/admissão/demissão de empregados no primeiro mês da prestação dos serviços:

20.2.1 Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF. Em nenhuma hipótese será

permitido o acesso às dependências do TRF2 de empregados não inclusos na relação;

20.2.2 Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

20.2.3 Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

20.2.4 Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

20.2.4.1 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

20.2.4.2 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

20.2.4.3 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;

20.3 A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;

20.4 Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;

20.5 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais;

20.6 O Contratante designará servidor para acompanhamento e fiscalização do Contrato, atividade que consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, competindo à fiscalização, entre outras atribuições:

20.6.1 Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

20.6.2 Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

20.7 A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

20.8 Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos

serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante;

20.9 Todos os empregados designados para este contrato deverão possuir e estar devidamente treinados no uso dos equipamentos de proteção individual (EPI`s), descritos na Planilha de EPI, fornecidos pela Contratada;

20.10 Todos os empregados da Contratada deverão estar devidamente uniformizados, conforme descrito na Planilha de Uniformes, e portando crachá de identificação;

20.11 A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, a todos os seus empregados, mensalmente, 01 (um) talonário de vale-refeição, no 1º dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados;

20.12 A Contratada se obriga a fornecer vale-transporte no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados;

20.13 O vale-transporte será fornecido em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87);

20.14 Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, estarão sujeitos às normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o TRF-2ª Região, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual responderá sempre única e exclusivamente perante às repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao TRF-2ª Região ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

20.15 A Contratada afastará ou substituirá qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da fiscalização, causar embaraço a boa execução do serviço;

20.16 A Contratada deverá providenciar a substituição, dentro do prazo máximo de 02 horas. Conta-se o prazo a partir do início do horário previsto do referido profissional ausente. Caso não seja possível efetuar a substituição, será considerada falta grave, sendo efetuado o desconto do valor correspondente na fatura a ser paga à Contratada. O referido desconto não exclui possíveis sanções;

20.17 A empresa deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data da assinatura do contrato, um engenheiro elétrico contratado para seu quadro técnico, registrado no CREA, com comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na função de Engenheiro Eletricista responsável por manutenção e operação de motores elétricos, acionamentos e comandos elétricos, proteção elétrica e seletividade, softstarter e inversores de frequência;

20.17.1 O Engenheiro Eletricista mencionado no subitem anterior será o detentor de ART por todos os serviços a serem desenvolvidos de engenharia elétrica.

20.18 A contratada deverá manter nas instalações da contratante, equipamento para controle da carga horária de seus empregados alocados neste TRF-2, com biometria, cujos relatórios deverão ser apresentados com a nota fiscal do faturamento mensal;

20.19 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados nos três meses de execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica, consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

20.20 A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo CREA, bem como comprovante de pagamento da taxa respectiva.

20.20.1 O profissional responsável técnico será o engenheiro mecânico residente indicado no item 9.5.3 deste edital. Caso seja necessária a substituição de um dos responsáveis técnicos durante a vigência do Contrato, a Contratada deverá comunicar prévia, imediatamente e por escrito ao Contratante. O profissional a substituir deve possuir, no mínimo, o acervo técnico de igual qualificação do anterior.

20.20.2 A contratada deverá providenciar a apresentação de nova ART, no prazo máximo de 5 dias após a substituição do responsável técnico;

20.21 A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.22 A Contratada deverá remunerar seus funcionários de acordo com os valores estipulados a título de remuneração na planilha de composição de custos;

20.23 Horário de Trabalho:

Categoria Profissional	Quant.	2ª a 5ª	6ª	Total trabalhado (-almoço)
EngenheiroMecânico	01	09:00 as 19:00	09:00 às 18:00	44 horas semanais

Categoria Profissional	Quant.	2ª a 5ª	6ª	Total trabalhado (-almoço)
Técnico em refrigeração	01	08:00 as 18:00	09:00 as 18:00	44 horas semanais
Mecânico de refrigeração	02	08:00 as 18:00	08:00 as 18:00	44 horas semanais
Técnico em eletrotécnica	01	08:00 as 18:00	08:00 as 17:00	44 horas semanais
Pintor	01	08:00 as 18:00	08:00 as 17:00	44 horas semanais

Categoria Profissional	Quant.	Plantão	Horário
Mecânico de refrigeração	04	12 x 36 diurno	09:00 as 21:00 (TRF2) 09:00 as 21:00 (CCJF)
Ajudante de Mecânico	04	12 x 36 diurno	09:00 as 21:00 (TRF2) 09:00 as 21:00 (CCJF)

20.24 Fornecer gratuitamente a todos os empregados/colaboradores, postos à disposição da execução do presente contrato, todos os itens de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia do

novo coronavírus (COVID - 19), na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais normas específicas decretadas pelo Estado e pelo Município. A medida valerá enquanto perdurar o plano de contingência à COVID-19.

20.25 A empresa deverá comprovar seu credenciamento junto ao órgão fiscalizador da Prefeitura GEM (Gerência de Engenharia Mecânica) da Prefeitura, como empresa mantenedora de sistemas de ar condicionado central e ventilação mecânica (DECRETO RJ 22.281/2002).

21 - OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE

- 21.1 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;
- 21.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto;
- 21.3 - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 21.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;
- 21.5 - Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 21.6 - Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;
- 21.7 - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Termo de Referência, solicitando à CONTRATADA as substituições que se verificarem necessárias.

22 - DAS SANÇÕES

- 22.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
 - 22.1.1. apresentar documentação falsa;
 - 22.1.2. fraudar a execução do contrato;
 - 22.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
 - 22.1.4. cometer fraude fiscal;
 - 22.1.5. fizer declaração falsa;
 - 22.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;

22.1.7. não manter a proposta.

22.2 - Para os fins do item 22.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

22.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "22.4", "22.5" e "22.7" e nas tabelas 1 e 2 do item 23 deste Edital com as seguintes penalidades:

22.3.1. advertência;

22.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

22.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

22.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

22.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

22.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

22.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

22.6.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

22.6.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

22.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 22.6.1 e 22.6.2 acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% do contrato.

22.8. - A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na tabela 2 constante do item 23, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 do item 23, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

22.9 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:

22.9.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.

22.9.2. Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

22.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

22.9.4. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

22.10 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

22.11 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;

22.12 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;

22.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS/ FALHAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL

23.1 - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS

23.1.1 Fica estabelecido entre as partes o Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados e falhas na execução contratual pela CONTRATADA;

23.1.2 A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

23.1.3 As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços - ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

23.1.4 O CONTRATANTE poderá alterar a metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior, não houver prejuízos para a CONTRATADA e previamente aprovado pela CONTRATANTE;

23.2 DOS PROCEDIMENTOS

23.2.1 O Gestor do Contrato designado pelo CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA;

23.2.2 Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Gestor do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos;

23.2.3 A notificação quanto a existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato;

23.2.4 Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Gestor do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

23.2.5 O Gestor do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, procederá com o cálculo de glosas conforme subitem 23.3, a ser incluído no formulário de atesto de notas fiscais;

23.2.6 O percentual a ser glosado será aplicado sobre o serviço mensal prestado, não incluindo sobre os valores monetários referentes aos materiais empregados;

23.2.7 Os valores glosados em períodos anteriores não são passíveis de restituição, em meses posteriores.

23.3 DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

23.3.1 O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência em função do impacto na prestação dos serviços de manutenção;

23.3.2 Os serviços em função da pontuação recebida será "Qualidade pelo serviço prestado" - QSP entre satisfatório, regular, ineficiente, ruim, insuficiente e péssimo. Se a empresa não apresentar nenhuma pontuação no mês considera-se o serviço prestado como ótimo;

23.3.3 A avaliação será realizada mensalmente para compor as glosas previstas. Serão consideradas cumulativamente as ocorrências descritas na tabela 2. Com base no somatório de ocorrências verifica-se na tabela 1 o percentual a ser glosado na fatura mensal.

TABELA 1

GRAU	AJUSTE NO PAGAMENTO
01	0,5% sobre o valor prestado no mês
02	1,0% sobre o valor prestado no mês
03	1,5% sobre o valor prestado no mês
04	2,0% sobre o valor prestado no mês
05	3,5% sobre o valor prestado no mês

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	PONT.	INCIDÊNCIA
1	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	3	Por empregado e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar reposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por dia e por posto
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	1	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrência
9	Retirar das dependências do TRF2 quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
10	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante.	3	Por empregado e por ocorrência
	Deixar de:		
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	3	Por empregado e por dia
12	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	3	Por empregado e por dia
13	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	2	Por ocorrência
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por ocorrência
15	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	3	Por ocorrência
16	Apresentar documentação comprobatória da capacitação, qualificação e habilitação de engenheiro mecânico, técnico de refrigeração, em caso de substituição de algum profissional do contrato em até 30 dias da ocorrência da mesma.	3	Por ocorrência e por dia
17	Baixar a ART do engenheiro egresso do contrato e registrar nova ART do engenheiro substituto.	1	Por ocorrência
18	Fornecer os materiais e equipamentos elencados neste contrato que se façam necessários aos serviços.	2	Por ocorrência
19	Fornecer ferramentas de uso coletivo e individual elencados neste contrato que se façam necessários aos serviços.	2	Por ocorrência

23.4 O Aumento do consumo mensal de energia, decorrente exclusivamente de imperícias e inexistência de manutenção do sistema de ar condicionado e exaustão ou ventilação serão integralmente arcados pela CONTRATADA;

23.5 Em caso de parada do sistema de ar condicionado que resulte em suspensão temporária do expediente, além da aplicação da pontuação das tabelas de infração, será incluída glosa de 5% ao dia de expediente suspenso, sem exclusão das sanções passíveis;

23.5.1 Se o expediente suspenso ou ocorrência incidir na sexta-feira, a pontuação da ocorrência deverá incluir como quantitativo os dias de sexta-feira, sábado e domingo para a aplicação da glosa;

24 - DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

24.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "*Transparência / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento*", e www.gov.br/compras, opção "*visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos/ Avisos*", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

24.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

24.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

24.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, conforme item 19.2 da minuta de contrato;

24.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

24.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

24.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2023.

Francisco Luís Duarte
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023
PROCESSO TRF2-EOF-2020/0295
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO: Contratação de empresa para a execução de serviços especializados em operação, manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado central (expansão direta e indireta) e individuais e nos sistemas de ventilação e exaustão mecânicas, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, nas edificações do Tribunal Regional Federal da 2ª Região situadas à Rua Acre nº 80, Rua Visconde de Inhaúma nº 68 e CCJF na Av. Rio Branco nº 241, conforme especificações a seguir definidas.

CÓDIGO SIASG BR: 22454.

2 - EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM OS SISTEMAS

ITEM I – PRÉDIO SEDE DO TRF2		
DESCRIÇÃO		QUANT.
1	Self Contained, condensação à água	43
2	Bombas centrífugas para Água de Condensação.	04
3	Torres de Resfriamento.	04
4	Ventiladores/Exaustores.	07
5	Purificador de ar	15

ITEM II - PRÉDIO DO PLENÁRIO, ANEXO I e ANEXO II – TRF2		
DESCRIÇÃO		QUANT.
1	Resfriador de líquido CARRIER modelo 30XW325	04
2	Unidades intercambiadoras de calor, tipo fan coil.	77
3	Unidades intercambiadoras de calor, tipo hidrônico	15
4	Bombas centrífugas de água gelada e condensação com inversores de frequência. (ativo+reserva)	06+02
5	Torres de Resfriamento	06
6	Self contained com condensação à ar	03
7	Ventiladores/Exaustores	21
8	Condicionadores de expansão direta tipo “split”	11
9	Compressores de ar comprimido	02
10	Lavador de gases	01
11	Coifa	01
12	Caixa ventiladora	02
13	Ar condicionado portátil	13

ITEM III – PRÉDIO VISCONDE DE INHAÚMA		
DESCRIÇÃO		QUANT.
1	Condicionador de ar expansão direta (splitão -20TR cada)	03
2	Ventiladores/Exaustores.	04
3	Purificador	03

ITEM IV– PRÉDIO CCJF		
DESCRIÇÃO		QUANT.
1	Resfriador de líquido HITACHI – 240 TR	01
2	Unidades intercambiadoras de calor, tipo fan coil.	37
3	Bombas centrífugas de água gelada e condensação	04
4	Quadros elétricos	05
5	Torres de Resfriamento	01
6	Ventiladores/Exaustores	12
7	Desumidificador de ar	01

3 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA

3.1 SISTEMA DE AR CONDICIONADO

3.1.1 BOMBAS CENTRÍFUGAS

3.1.1.1 – Mensalmente

- 3.1.1.1.1. . Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais nas bombas;
- 3.1.1.1.2. . Realizar análise diagnose de desbalanceamento, desalinhamento, excentricidade, vibrações em mancais de rolamento e de deslizamentos, folgas;
- 3.1.1.1.3. . Completar nível de óleo e substituí-lo quando necessário;
- 3.1.1.1.4. . Verificar o estado e operação dos acoplamentos e substituí-los quando necessário;
- 3.1.1.1.5. . Lubrificar rolamentos e substituí-los quando necessário;
- 3.1.1.1.6. . Efetuar limpeza externa;
- 3.1.1.1.7. . Eliminar vazamento(s) na(s) válvula(s) e “plugs” das bombas e substituí-las quando necessário;
- 3.1.1.1.8. . Verificar e ajustar gaxetas e trocá-las quando necessário;
- 3.1.1.1.9. . Manter drenos limpos;
- 3.1.1.1.10.. Manter alinhado o conjunto motor/bomba;
- 3.1.1.1.11.. Analisar e corrigir eventuais problemas decorrentes do diferencial de pressão trabalho;
- 3.1.1.1.12.. Efetuar reaperto de terminais, parafusos e molas e substituí-los quando necessário;

3.1.1.1.13.. Manter os elementos filtrantes dos filtros de sucção limpos e substituí-los quando necessário;

3.1.1.1.14.. Efetuar medições nos motores elétricos de corrente e tensão;

3.1.1.2 – Trimestralmente

3.1.1.2.1. . Eliminar pontos de ferrugem;

3.1.1.2.2. . Manobrar cada válvula da bomba, do princípio ao fim do curso, voltando-a a posição original, e substituir a válvula quando necessário;

3.1.1.2.3. . Trocar óleo lubrificante;

3.1.1.2.4. . Verificar filtros tipo “Y” e substituí-los quando necessário;

3.1.1.2.5. . Verificar calços antivibratórios e substituí-los quando necessário;

3.1.1.2.6. . Verificar juntas de expansão e substituí-las quando necessário;

3.1.1.2.7. . Verificar manômetros hidráulicos e substituí-los quando necessário;

3.1.1.2.8. . Efetuar retoques na pintura das bombas e bases;

3.1.1.3 – Anualmente

3.1.1.3.1. . Substituição de rolamentos das bombas;

3.1.1.3.2. . Substituição dos calços antivibratórios das bases flutuantes quando necessário;

3.1.2 FAN COIL

3.1.2.1 Mensalmente

3.1.2.1.1. . Corrigir ruídos e vibrações anormais;

3.1.2.1.2. . Alinhar e tencionar corretamente as correias do conjunto ventilador/motor e substituí-las quando necessário;

3.1.2.1.3. . Lubrificar mancais e rolamentos e substituí-los quando necessário;

3.1.2.1.4. . Efetuar limpeza interna e externa do(s) rotor(es);

3.1.2.1.5. . Efetuar limpeza geral do equipamento;

3.1.2.1.6. . Corrigir, quando necessário, o isolamento térmico do gabinete, dutos, tubulações e válvulas que se localizam dentro da casa de máquinas do fan-coil e substituí-los quando necessário;

3.1.2.1.7. . Corrigir tampas soltas e vedação do gabinete;

3.1.2.1.8. . Verificar temperatura e pressão de entrada/saída de água gelada;

3.1.2.1.9. . Eliminar vazamentos nos registros e válvulas e substituí-las quando necessário;

3.1.2.1.10.. Substituir filtros de ar, classe G1 e G3 conforme programação em NBR 13971;

- 3.1.2.1.11.. Manter dreno e bandeja de condensação limpos;
- 3.1.2.1.12.. Verificar e corrigir, quando necessário, a atuação da válvula motorizada;
- 3.1.2.1.13.. Verificar a operação dos "dampers" e "splits";
- 3.1.2.1.14.. Lubrificar "dampers" e "splits";
- 3.1.2.1.15.. Manter o retorno do ar desobstruído;
- 3.1.2.1.16.. Realizar medições na vazão de ar externo, mantendo-a em 27m³/h por pessoa;
- 3.1.2.1.17.. Manter balanceamento entre fases (tensão e corrente) do motor dentro da faixa das normas técnicas vigentes para baixa tensão;
- 3.1.2.1.18.. Reapertar botoeiras, chaves seletoras, lâmpadas, fusíveis, parafusos de conexão e fixação dos contadores, dos fusíveis e dos relés térmicos, e substituí-los quando necessário;
- 3.1.2.1.19.. Testar a atuação do rele térmico e substituí-lo quando necessário;
- 3.1.2.1.20.. Efetuar limpeza interna e externa do quadro de força e comando;
- 3.1.2.1.21.. Analisar e corrigir o aquecimento do motor;
- 3.1.2.1.22.. Lavar serpentina com água pura pressurizada conforme programação em NBR 13971;

3.1.2.2 Trimestralmente

- 3.1.2.2.1. . Eliminar pontos de ferrugem, aplicando tinta anticorrosiva e retoques na pintura, quando necessário;
- 3.1.2.2.2. . Reapreciar parafusos dos mancais e suportes;
- 3.1.2.2.3. . Lavar serpentina com produto químico apropriado conforme programação em NBR 13971;
- 3.1.2.2.4. . Conferir regulagem do termostato de controle de temperatura ambiente;

3.1.2.3 Semestralmente

- 3.1.2.3.1. . Manobrar cada registro e válvula do princípio ao fim do curso, voltando à posição original, e substituí-lo quando necessário;
- 3.1.2.3.2. . Verificar e anotar corrente e balanceamento entre fases do motor;
- 3.1.2.3.3. . Medir e anotar isolamento do motor;
- 3.1.2.3.4. . Medir e registrar temperatura de insuflação, retorno, ambiente e ar exterior (bulbo seco e úmido);
- 3.1.2.3.5. . Limpar internamente os contadores;

3.1.2.4 – Anualmente

- 3.1.2.4.1. . Verificar o estado das conexões flexíveis dos dutos;
- 3.1.2.4.2. . Verificar, analisar e corrigir eficiência da serpentina;

3.1.2.4.3. . Substituição de rolamentos do motor;

3.1.3 QUADROS DE COMANDO E POTÊNCIA ELÉTRICOS

3.1.3.1 Mensalmente

3.1.3.1.1. . Balanceamento geral de tensões e correntes;

3.1.3.1.2. . Medição e registro das correntes e tensões de todos os componentes elétricos e força das placas; eletrônicas das controladoras;

3.1.3.1.3. . Medição da temperatura dos terminais;

3.1.3.1.4. . Verificação das condições de isolamento dos fios e cabos e substituí-los quando necessário;

3.1.3.1.5. . Verificar sinaleiros e substituí-los quando necessário;

3.1.3.1.6. . Limpar as lâmpadas dos sinaleiros e substituí-las quando necessário;

3.1.3.1.7. . Acompanhamento criterioso do estado de conservação de todos os equipamentos, sugerindo medidas corretivas quando necessárias;

3.1.3.1.8. . Verificar a atuação do(s) relé(s) térmico(s), e substituí-los quando necessário;

3.1.3.1.9. . Limpeza externa dos contadores, chaves, relés, bases, cabos, disjuntores, placas e fios, e substituí-los quando necessário;

3.1.3.1.10.. Reapreciar os parafusos de fixação entre os componentes elétricos e os condutores e reapertar os parafusos de fixação das bases de todos os componentes elétricos;

3.1.3.1.11.. Limpeza interna e externa do quadro elétrico;

3.1.3.2 Semestralmente

3.1.3.2.1. Reaperto geral dos bornes;

3.1.3.2.2. Limpeza interna dos contadores;

3.1.3.3 Anualmente

3.1.3.3.1. Raspagem de pontos de ferrugem, retoque de pintura interna e externa do quadro;

3.1.4 SELF CONTAINED

3.1.4.1 Mensalmente

3.1.4.1.1. . Verificar a operação dos compressores, substituí-los quando necessário;

3.1.4.1.2. . Corrigir ruídos e vibrações anormais;

3.1.4.1.3. . Corrigir ou substituir "dampers" e "splits" danificados, substituí-los quando necessário;

3.1.4.1.4. . Verificar nível de óleo, corrigir possíveis vazamentos e completar o nível de óleo;

- 3.1.4.1.5. . Lavar evaporador com água pressurizada conforme programação em NBR 13971;
- 3.1.4.1.6. . Lubrificar mancais e rolamentos, substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.1.7. . Verificação de vazamentos e limpeza externa dos condensadores, e substituí-los quando se necessário;
- 3.1.4.1.8. . Verificar o (s) acoplamento(s) eixo/polias e corrigir e/ou substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.1.9. . Manter alinhamento das polias do conjunto motor/ventilador e tensão adequada das correias, substituí-las quando necessário;
- 3.1.4.1.10.. Limpeza interna e porta das casas de máquinas;
- 3.1.4.1.11.. Efetuar limpeza dos rotores dos ventiladores;
- 3.1.4.1.12.. Efetuar limpeza geral do equipamento incluindo motor(es) e compressor(es);
- 3.1.4.1.13.. Reparar isolamento das tubulações e substituí-lo quando necessário;
- 3.1.4.1.14.. Sanar vazamentos de refrigerante e completar a carga de refrigerante;
- 3.1.4.1.15.. Verificar visor de líquido quanto a eficiência do sistema;
- 3.1.4.1.16.. Fazer medição e manter a vazão de ar exterior em 27m³/h por pessoa;
- 3.1.4.1.17.. Corrigir tampas soltas e vedação do gabinete;
- 3.1.4.1.18.. Corrigir desbalanceamento de tensões entre fases dos motores dos ventiladores dos evaporadores, condensadores e compressores;
- 3.1.4.1.19.. Corrigir desbalanceamento de corrente entre fases dos motores dos ventiladores dos evaporadores, condensadores e compressores;
- 3.1.4.1.20.. Verificar funcionamento de botoeiras, contadores, interruptores, lâmpadas e fusíveis e substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.1.21.. Efetuar reaperto de terminais, parafusos de fixação de componentes elétricos, conectores dos cabos aos componentes elétricos e molas, substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.1.22.. Efetuar limpeza interna do quadro de comando;
- 3.1.4.1.23.. Verificar e corrigir aquecimento do(s) motor(es);
- 3.1.4.1.24.. Reapertar os fusíveis e substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.1.25.. Verificar funcionamento da resistência de aquecimento do Carter e substituí-la quando necessário;
- 3.1.4.1.26.. Verificar elasticidade dos coxins de borracha do(s) compressor(es) e substituí-las quando necessário;
- 3.1.4.1.27.. Substituir filtros de ar do evaporador e da tomada de ar exterior conforme programação em NBR 13971;

- 3.1.4.1.28.. Desobstruir dreno e lavar bandeja superior e inferior;
- 3.1.4.1.29.. Corrigir o isolamento térmico do gabinete;
- 3.1.4.1.30.. Verificar estado das conexões flexíveis dos dutos e substituí-las quando necessário;
- 3.1.4.1.31.. Corrigir vazamentos de ar;
- 3.1.4.1.32.. Verificar a operação dos "dampers" e consertá-los e substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.1.33.. Verificar se o retorno de ar está obstruído e corrigi-lo quando necessário;
- 3.1.4.1.34.. Medir e registrar as temperaturas de insuflamento, retorno, ambiente e ar exterior;
- 3.1.4.1.35.. Conferir a regulação do termostato de controle de temperatura ambiente;

3.1.4.2 Trimestralmente

- 3.1.4.2.1. . Eliminar pontos de ferrugem;
- 3.1.4.2.2. . Reapreciar parafusos de mancais e suportes e substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.2.3. . Eliminar vazamentos nos registros e válvulas e substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.2.4. . Verificar atuação dos relés térmicos e substituí-los quando necessário;
- 3.1.4.2.5. . Reparos de pintura das paredes, piso e teto da casa de máquina;
- 3.1.4.2.6. . Efetuar limpeza dos condensadores;
- 3.1.4.2.7. . Limpar serpentina do evaporador com produto químico quando necessário;

3.1.4.3 Semestralmente

- 3.1.4.3.1. . Verificar pressões de alta/baixa/óleo;
- 3.1.4.3.2. . Verificar atuação do pressostato de alta/baixa/óleo;
- 3.1.4.3.3. . Efetuar leitura e cálculo para sub-resfriamento e superaquecimento;
- 3.1.4.3.4. . Medir isolamento dos motores e compressores;
- 3.1.4.3.5. . Analisar o funcionamento da válvula de expansão e válvula solenoide e substituí-las quando necessário;

3.1.4.4 – Anualmente

- 3.1.4.4.1. . Verificar aperto normal dos parafusos dos compressores;
- 3.1.4.4.2. . Verificar estado das superfícies dos contadores e relés de partida da unidade;
- 3.1.4.4.3. . Analisar o estado do óleo dos compressores;

3.1.5 TORRES DE ARREFECIMENTO

3.1.5.1 – Mensalmente

- 3.1.5.1.1. . Corrigir ruídos e vibrações anormais;

- 3.1.5.1.2. . Verificar e regular o nível de água, funcionamento da bóia da água de reposição e sensor de baixo nível, substituí-los quando necessário;
- 3.1.5.1.3. . Verificar e eliminar vazamentos de água;
- 3.1.5.1.4. . Verificar e reapreciar abraçadeiras e mangotes e substituí-los quando necessário;
- 3.1.5.1.5. . Desobstruir drenos;
- 3.1.5.1.6. . Balancear tensões entre fases dos motores dos ventiladores;
- 3.1.5.1.7. . Balancear correntes entre fases motores dos ventiladores;
- 3.1.5.1.8. . Verificar, analisar funcionamento, reapertar parafusos de fixação de botoeiras, interruptores, lâmpadas, sinaleiras, fusíveis, chaves, contadores, disjuntores e relés térmicos, substituí-los quando necessário;
- 3.1.5.1.9. . Verificar, analisar e efetuar reaperto dos terminais, molas e parafusos de partes mecânicas;
- 3.1.5.1.10.. Efetuar limpeza interna e externa dos quadros de comando e potência;
- 3.1.5.1.11.. Verificar aquecimento dos motores e componentes elétricos e corrigir quando necessário;
- 3.1.5.1.12.. Verificar atuação e regulação dos sensores e das chaves de fluxo e substituir quando necessário;
- 3.1.5.1.13.. Testar o funcionamento de bóias mecânicas e elétricas, inclusive dos sistemas das eletrobombas de reposição e substituí-las quando necessário;

3.1.5.2 Trimestralmente

- 3.1.5.2.1. . Lubrificar mancais e rolamentos e substituí-los quando necessário;
- 3.1.5.2.2. . Medir e analisar a temperatura d'água fria e quente e corrigi-la quando necessário;
- 3.1.5.2.3. . Eliminar pontos de ferrugem de todo o sistema que compõem as torres inclusive tubulação;
- 3.1.5.2.4. . Limpar bacia de água da torre;
- 3.1.5.2.5. . Desobstruir e limpar pulverizadores, enchimento, venezianas e eliminadores de gotas, substituí-los quando necessário;
- 3.1.5.2.6. . Analisar estado físico dos eletrodutos e abraçadeiras de fixação e substituí-los quando necessário;
- 3.1.5.2.7. . Verificar posição de funcionamento e estado físico das válvulas borboletas e de retenção, substituí-las quando necessário;
- 3.1.5.2.8. . Efetuar o teste de funcionamento e verificação de aquecimento de motor, verificação de outros defeitos e substituição de eletrobomba das caixas de reposição quando necessário;
- 3.1.5.2.9. . Limpeza interna e externa de filtros d'água de condensação;

3.1.5.3 Semestralmente

3.1.5.3.1. Manobrar cada válvulas hidráulica do princípio ao fim do curso, teste de vedação e retorno a posição original;

3.1.5.3.2. Medir, anotar e corrigir se necessário isolamento do(s) motor(es);

3.1.5.4 Anualmente

3.1.5.4.1. . Efetuar pintura em toda a torre nos padrões existentes;

3.1.5.4.2. . Limpar internamente os contadores;

3.1.5.4.3. . Verificar o balanceamento das hélices e corrigi-lo quando necessário;

3.1.5.4.4. . Verificar a fibra das faces e bacias das torres e corrigi-la quando necessário;

3.1.5.4.5. . Analisar a estrutura de sustentação das torres de arrefecimento e corrigi-la quando necessário;

3.1.5.4.6. . Recompôr alvenaria e concretagem, aplicando a pintura quando necessário;

3.1.5.4.7. . Pintura da alvenaria, estrutura de sustentação, tubulações e bacias das torres;

3.1.6 COMPRESSOR DE AR COMPRIMIDO/SECADOR DE AR

3.1.6.1 Mensalmente

3.1.6.1.1. . Corrigir ruídos e vibrações anormais;

3.1.6.1.2. . Verificar nível de óleo e completá-lo quando necessário;

3.1.6.1.3. . Lubrificar mancais / acoplamentos / rolamentos e substituí-los quando necessário;

3.1.6.1.4. . Efetuar limpeza externa;

3.1.6.1.5. . Reapreciar parafusos de fixação;

3.1.6.1.6. . Eliminar vazamento(s) no(s) registro(s) e válvula(s), substituí-las quando necessário;

3.1.6.1.7. . Verificar estado de mangotes e abraçadeiras e corrigi-los e/ou substituí-los quando necessário;

3.1.6.1.8. . Verificar e limpar filtros de sucção e substituí-los quando necessário;

3.1.6.1.9. . Verificar e anotar o diferencial de pressão de trabalho e corrigi-lo quando necessário;

3.1.6.1.10.. Verificar e anotar vazões e pressões de regime de funcionamento e corrigi-los se necessário;

3.1.6.1.11.. Balancear tensões e correntes entre fases do motor;

3.1.6.1.12.. Medir e anotar o isolamento do motor e corrigi-lo quando necessário;

3.1.6.1.13.. Verificar botoeiras, interruptores, lâmpadas e fusíveis, substituí-los quando necessário;

3.1.6.1.14.. Efetuar reaperto nos terminais, parafusos e molas;

3.1.6.1.15.. Verificar aquecimento do motor;

3.1.6.1.16.. Verificar estado das superfícies dos contatos dos contadores e relés térmicos;

3.1.6.1.17.. Verificar aperto dos fusíveis;

3.1.6.1.18.. Verificar as linhas de ar comprimido internas a CAG e externas, identificando possíveis vazamentos e corrigi-los, caso existam;

3.1.6.1.19.. Verificar elementos das linhas de ar comprimido, tais como purgadores, separadores de condensado e certificar-se de sua operacionalidade;

3.1.6.2 Trimestralmente

3.1.6.2.1. Eliminar pontos de ferrugem;

3.1.6.2.2.. Trocar óleo lubrificante;

3.1.6.2.3.. Verificar atuação dos relés térmicos;

3.1.6.3 – Semestralmente

3.1.6.3.1.. Reapreciar os parafusos de fixação de todos os condutores elétricos; IV – Anualmente

3.1.6.3.2.. Efetuar teste de performance;

3.1.7 RESFRIADORES DE LÍQUIDO (CHILLER)

3.1.7.1 Diariamente

3.1.7.1.1. Leitura, anotação em relatório diário e correção dos defeitos relacionados aos seguintes parâmetros:

3.1.7.1.1.1. Pressão de refrigerante (alta, baixa);

3.1.7.1.1.2. - Pressão de óleo (filtro, diferencial de filtro e óleo);

3.1.7.1.1.3. - Temperatura (saturação evaporação, condensação, descarga e óleo);

3.1.7.1.1.4. - Correntes;

3.1.7.1.1.5. - Tensões;

3.1.7.1.1.6. - Slade valve;

3.1.7.2 Mensalmente

3.1.7.2.1. . Corrigir ruídos e vibrações anormais;

3.1.7.2.2. . Complementar nível de óleo quando necessário;

3.1.7.2.3. . Verificar e corrigir acoplamentos e substituí-los quando necessário;

3.1.7.2.4. . Efetuar limpeza geral do equipamento incluindo compressor;

3.1.7.2.5. . Verificar isolamento das tubulações e evaporador, corrigi-lo ou substituí-lo quando necessário;

- 3.1.7.2.6. . Verificar e sanar vazamentos de refrigerante;
- 3.1.7.2.7. . Verificar visor de nível e substituí-lo quando necessário;
- 3.1.7.2.8. . Corrigir tampas soltas;
- 3.1.7.2.9. . Verificar a condição das gaxetas das tampas do resfriador e condensador, substituí-las quando necessário;
- 3.1.7.2.10.. Verificar e anotar pressões de alta/baixa/óleo;
- 3.1.7.2.11.. Medir, anotar e ajustar temperatura de entrada e saída de água de condensação;
- 3.1.7.2.12.. Medir, anotar e ajustar temperatura de entrada e saída de água gelada;
- 3.1.7.2.13.. Eliminar vazamentos nos registros e válvulas, substituí-los quando necessário;
- 3.1.7.2.14.. Verificar e anotar o balanceamento de tensão entre fases do motor e corrigi-lo quando necessário;
- 3.1.7.2.15.. Verificar e anotar o balanceamento de corrente entre fases do motor e corrigi-lo quando necessário;
- 3.1.7.2.16.. Verificar os interruptores, lâmpadas e fusíveis e substituí-los quando necessário;
- 3.1.7.2.17.. Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas;
- 3.1.7.2.18.. Efetuar limpeza interna e externa do quadro de comando e potência;
- 3.1.7.2.19.. Verificar aquecimento do motor e corrigi-lo quando necessário;
- 3.1.7.2.20.. Verificar atuação do "flow-switch", corrigir eventuais problemas e substituí-lo quando necessário;
- 3.1.7.2.21.. Verificar o estado das superfícies dos contatos dos contatores e corrigi-las e substituí-las quando necessário;
- 3.1.7.2.22.. Verificar e substituir quando necessário, todo e qualquer componente, peça, elemento, dispositivo, mecânico ou elétrico, com exceção daqueles internos ao compressor, tais como: placas microprocessadas, tiristores; válvula de 4 vias, anéis e o ring em geral, transdutores, etc;
- 3.1.7.2.23.. Verificar os fusíveis e substituí-los quando se necessário;
- 3.1.7.2.24.. Verificar os filtros de óleo, substituí-los quando necessário;
- 3.1.7.2.25.. Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do "cárter" e substituí-la quando necessário;
- 3.1.7.2.26.. Verificar e analisar a concentração da solução nos circuitos de refrigeração dos tiristores e circuito primário do sistema e corrigi-la com a adição de solução monoetilenoglicol quando se necessário;
- 3.1.7.2.27.. Verificar o funcionamento da bomba circuladora de solução de resfriamento dos tiristores e corrigi-lo quando necessário, substituindo a bomba quando necessário;

- 3.1.7.2.28.. Verificar o funcionamento dos sensores de temperatura e pressão e substituí-los quando necessário;
- 3.1.7.2.29.. Verificar e corrigir eventual vazamento em selo mecânico, substituí-lo quando necessário;
- 3.1.7.2.30.. Verificar a condição dos conduítes flexíveis, com reaperto e/ou substituição quando necessário;
- 3.1.7.2.31.. Verificar e analisar o diferencial de pressão da água no evaporador e corrigi-lo quando necessário;
- 3.1.7.2.32.. Verificar e analisar o diferencial de pressão de água no condensador e corrigi-lo quando necessário;
- 3.1.7.2.33.. Verificar a existência de vazamentos de óleo e saná-los;

3.1.7.3 – Trimestralmente

- 3.1.7.3.1. . Lubrificar mancais e rolamentos, quando necessário;
- 3.1.7.3.2. . Eliminar pontos de ferrugem e retocar a pintura;
- 3.1.7.3.3. . Verificar atuação dos pressostatos de alta/baixa/óleo;
- 3.1.7.3.4. . Reapreciar parafusos de mancais e suportes;
- 3.1.7.3.5. . Verificar termostato de baixa temperatura d'água gelada;
- 3.1.7.3.6. . Verificar, analisar as vibrações dos compressores e corrigi-las quando necessário;

3.1.7.4 Semestralmente

- 3.1.7.4.1. . Efetuar limpeza dos condensadores;
- 3.1.7.4.2. . Efetuar limpeza dos evaporadores;
- 3.1.7.4.3. . Efetuar leitura para cálculo de superaquecimento e subresfriamento em sistemas com compressores alternativos e sub-resfriamento com compressores parafusos;
- 3.1.7.4.4. . Manobrar cada registro hidráulico, do princípio ao fim do curso, voltando-o a posição original, e substituir registros quando necessário;

3.1.7.5 Anualmente

- 3.1.7.5.1. . Verificar todas as solenóides, válvulas de serviço e válvula de expansão e corrigi-las e/ou substituí-las quando se necessário;
- 3.1.7.5.2. . Verificar todos os controles dos compressores parafusos e alternativos e corrigi-los e/ou substituí-los quando se necessário;
- 3.1.7.5.3. . Verificar todos os controles dos resfriadores e ajustá-los quando necessário;
- 3.1.7.5.4. . Realizar a análise do estado do óleo dos compressores e substituí-los quando necessário;

- 3.1.7.5.5. . Realizar a análise do estado do gás refrigerante e substituí-lo quando necessário;
- 3.1.7.5.6. . Realizar a análise de vibração do equipamento para verificar vibrações excessivas;
- 3.1.7.5.7. . Analisar o estado dos calços antivibratórios e substituí-los quando necessário;

3.2 SISTEMAS DE VENTILAÇÃO

3.2.1 VENTILADORES E EXAUSTORES

3.2.1.1 Mensalmente

- 3.2.1.1.1. . Corrigir ruídos e vibrações anormais;
- 3.2.1.1.2. . Alinhar conjunto de polias do motor/ventilador, substituí-las se necessário;
- 3.2.1.1.3. . Adequar a tensão das correias, substituí-las se necessário;
- 3.2.1.1.4. . Efetuar limpeza interna dos rotores;
- 3.2.1.1.5. . Efetuar limpeza externa do equipamento;
- 3.2.1.1.6. . Corrigir tampas soltas e vedação do gabinete;
- 3.2.1.1.7. . Limpar interna e externamente do quadro de comando e força;
- 3.2.1.1.8. . Balancear tensões entre fases do motor;
- 3.2.1.1.9. . Balancear correntes entre fases do motor;
- 3.2.1.1.10.. Verificar, analisar funcionamento, reapertar parafusos de fixação e de conexão com condutores e substituir se necessário, botoeiras, interruptores, lâmpadas, fusíveis, chaves, contadores, disjuntores e relés térmicos;
- 3.2.1.1.11.. Efetuar reaperto dos terminais, molas e parafusos de partes mecânicas;
- 3.2.1.1.12.. Efetuar limpeza interna do quadro de comando;
- 3.2.1.1.13.. Verificar e corrigir aquecimento do motor;
- 3.2.1.1.14.. Substituir os filtros de ar;
- 3.2.1.1.15.. Verificar e corrigir, se necessário, funcionamento dos "dampers" de sobrepressão;
- 3.2.1.1.16.. Verificar e substituir, se necessário, lona de conexão entre o duto para ventilação/exaustão e o ventilador;

3.2.1.2 Trimestralmente

- 3.2.1.2.1. . Eliminar pontos de ferrugem;
- 3.2.1.2.2. . Reapreciar parafusos de mancais e suportes;
- 3.2.1.2.3. . Analisar e corrigir, se necessário, conjunto eixo/polia;
- 3.2.1.2.4. . Substituir quando necessário os calços antivibratórios;

3.2.1.3 Anualmente

- 3.2.1.3.1. . Medir o isolamento do motor e corrigi-lo quando necessário;
- 3.2.1.3.2. . Verificar atuação dos relés térmicos;
- 3.2.1.3.3. . Verificar estado das superfícies dos contatos das contadoras;

3.2.2 FILTRO ELETROSTÁTICO

3.2.2.1 – Mensalmente

- 3.2.2.1.1. . Desligar o equipamento e aguardar 15 minutos antes de abrir as portas do filtro para retirada dos módulos;
- 3.2.2.1.2. . Desligar o cabo de alta tensão dos filtros, retirando-os após os quinze minutos descritos acima;
- 3.2.2.1.3. . Retirar os prés e pós-filtros. Os filtros de carvão ativado ou fibra sintética não devem ser lavados, mas trocados quando saturados. A saturação será notada pela perda de vazão dos filtros.
- 3.2.2.1.4. . Os filtros de telas de alumínio e os inerciais deverão ser lavados e secos naturalmente;
- 3.2.2.1.5. . Colocar os módulos eletrostáticos, os pré-filtros e os pós-filtros de tela em um tanque com a solução de água junto com detergente neutro por no máximo 1 hora (em água fria) e em água quente o molho deve durar no máximo 30 minutos;
- 3.2.2.1.6. . Não deixar exceder o tempo de molho, pois isto poderá causar a deposição de óxidos nas placas de alumínio prejudicando a performance dos filtros;
- 3.2.2.1.7. . Não usar detergente à base de amoníaco ou limão e não esfregar as placas dos filtros com palha de aço ou espátula;
- 3.2.2.1.8. . Após deixá-los de molho retire os filtros. Passando os mesmos por um jato d`água para eliminar as partículas amolecidas;
- 3.2.2.1.9. . Deixar secar completamente, principalmente os isoladores, em temperatura ambiente por um período mínimo de 48 horas, ou ainda secá-los ao sol ou em estufa antes de recolocá-los no equipamento;
- 3.2.2.1.10.. Limpar a bandeja do equipamento usando o dreno de descarga e lavá-la quando necessário;
- 3.2.2.1.11.. Recolocar os filtros no gabinete, observando sempre que os módulos eletrostáticos fiquem com as pontas das placas positivas no sentido do fluxo de ar;
- 3.2.2.1.12.. Verificar sujeiras ou corrosão;
- 3.2.2.1.13.. Verificar danos na fiação dos filtros;
- 3.2.2.1.14.. Verificar danos nas pontas das placas ionizadoras;

3.2.2.1.15.. Verificar o perfeito funcionamento dos dispositivos de descarga;

3.2.2.1.16.. Efetuar medição da corrente de entrada;

3.2.3 DAMPERS E CAIXAS VAV

3.2.3.1 – Anualmente

3.2.3.1.1. Analisar visualmente:

- 3.2.3.1.1.1. - Condição das fixações dos dutos, das lâminas e da alavanca;
- 3.2.3.1.1.2. - Condições da palheta quanto ao desgaste;
- 3.2.3.1.1.3. - Conexões elétricas;
- 3.2.3.1.1.4. - Posicionamento dos fins de curso, ajuste na regulagem do posicionador;
- 3.2.3.1.1.5. - Condições das mangueiras, conexões e fins de curso;

3.2.3.1.2. Quando houver folga nos elementos do damper ou da caixa VAV estas deverão ser eliminadas;

3.2.3.1.3. Lubrificar os elementos móveis;

3.2.3.1.4. Retirar para reparar caso necessário;

3.3 LIMPEZA DE GRELHAS E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES

3.3.1 – LIMPEZA DE GRELHAS

3.3.1.1 - Limpeza e lavagem de grelhas, difusores de ar e demais elementos de difusão incluindo a retirada da grelha, limpeza e lavagem, ajustes das lâminas e posterior instalação delas.

3.3.2 – TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES DE TUBOS E ESTRUTURAS METÁLICAS

3.3.2.1. A Contratada é responsável pelo tratamento de superfícies de tubos e estruturas metálicas eliminando os graus de corrosão do tipo A e do tipo B pelo padrão St2: limpeza manual. O tratamento deverá remover as carepas de laminações soltas, a ferrugem e qualquer outro material.

3.3.2.2. A superfície deve ser limpa apresentando um suave brilho metálico, devendo receber PCF ou um anticorrosivo e posteriormente tinta epóxi. Deverão ser substituídas por peças novas as superfícies que apresentarem graus C e D de corrosão.

3.3.2.3. Os serviços de soldagem necessários durante o tratamento das superfícies e tubos, deverão seguir a norma ASME - IX. Os trechos de tubulações tratados e/ou substituídos, quando isolados, deverão ter estes isolamentos refeitos utilizando-se calhas de poliuretano, espessura conforme definida em projeto, sobre as quais será aplicado véu de poliéster untado em emulsão asfáltica para formação de barreira de vapor.

3.3.2.4. Todo o isolamento deverá ser revestido com alumínio liso, 0,5 mm de espessura, para proteção mecânica. O alumínio deverá ser preso ao isolamento por meio de uma cinta de alumínio 10 mm de espessura a cada metro.

3.3.2.5. Os materiais necessários para a execução destes serviços que não estiverem listados na tabela de materiais deverão, para fins de ressarcimento, seguir o critério constante no item 11.

3.4 SERVIÇOS COM VALOR FIXO

3.4.1 SERVIÇO DE TRATAMENTO QUÍMICO DOS SISTEMAS

3.4.1.1. A contratada será responsável pelos serviços de tratamento químico mensal dos sistemas de condensação e água gelada do sistema de condicionamento de ar do TRF-2 e CCJF considerando todos os custos necessários para a perfeita execução dos serviços e incluindo a solução aquosa e outros materiais e equipamentos necessários.

3.4.1.2. Os serviços serão pagos por valores fixos mensalmente, conforme tabela do Anexo II F - Serviços. No valor fixo mensal estarão contemplados todos os custos necessários para a perfeita execução dos serviços, sem nenhuma outra forma de pagamento além da já prevista em tabela.

3.4.1.3. A Contratada apresentará ao Contratante, no início do contrato e sempre que houver mudanças significativas, informação sobre o tipo de tratamento proposto em laudo técnico assinado por engenheiro químico que será o responsável técnico pelo relatório.

3.4.1.4. A contratada apresentará um relatório mensal para cada sistema de água: água gelada do sistema primário do TRF, água gelada do sistema secundário do TRF, água gelada do sistema primário do CCJF, água gelada do sistema secundário do CCJF, água de condensação da CAG do TRF, água de condensação do prédio sede – TRF e água de condensação do CCJF;

3.4.1.5. Em cada relatório deverá constar: data da coleta, sistema analisado, mês de referência, parecer técnico, metodologia utilizada, assinatura do engenheiro químico responsável e pelo menos os parâmetros listados na sequência, com a respectiva faixa padronizada esperada com base na referência Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, ou outra similar aprovada pela fiscalização:

- . Dosagens dos produtos utilizados;
- . Ciclo de concentração recomendado;
- . Alcalinidade Parcial;
- . Alcalinidade Total;
- . Condutividade;
- . Cloretos;
- . Dureza Cálcio;

- . Dureza Total;
- . Ferro;
- . Sólidos dissolvidos;
- . Inibidor de corrosão;
- . PH

3.4.2 LIMPEZA DUTOS

- 3.4.2.1. A contratada será responsável pelo serviço anual de limpeza de dutos do prédio. Os serviços serão pagos por valor fixo e conforme o andar e após a execução do serviço. No valor fixo estarão contemplados todos os custos necessários para a perfeita execução dos serviços, incluindo equipamentos, materiais e mão-de-obra, sem nenhuma outra forma de pagamento além da já prevista em tabela.
- 3.4.2.2. Os serviços deverão ser completamente executados uma vez por ano. A Contratada só poderá executar os serviços de limpeza após agendamento e autorização prévia da equipe de fiscalização.
- 3.4.2.3. Para faturamento do referido serviço, deverá ser apresentado em conjunto com a nota fiscal, relatório fotográfico contemplando a descrição completa com os serviços executados e fotos de antes, durante e depois dos serviços executados.
- 3.4.2.4. Os serviços devem ser executados fora do horário de expediente.

4 DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

4.1 Os serviços de operação e manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas serão realizados por uma equipe de profissionais, que ficará alocada no complexo predial da Rua Acre. Os atendimentos às ordens de serviços pertinentes aos outros prédios serão feitos conforme demanda de solicitações ou programação constante do plano de manutenção;

4.2 A Contratada será responsável pelo planejamento, programação, execução, supervisão, controle de qualidade, registro dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, emissão de relatórios e serviços correlatos. Integram ainda o escopo dos serviços, a análise de ocorrências com identificação das respectivas causas, proposição de ações e soluções, definição de procedimentos e periodicidade dos serviços, estudos de otimização de mão de obra, etc.

4.3 A empresa deverá apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato o Plano de Operação e Manutenção e o Plano de Manutenção Corretiva. A contratada pode se basear nas atividades elencadas no item 3 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA, ou apresentar um novo plano.

- 4.3.1 Caso a empresa opte por apresentar novo plano, este deverá ser aprovado pela fiscalização antes do início dos serviços;

4.4 O planejamento dos serviços deve levar em conta as disponibilidades operacionais, de forma a não interferir com a normalidade de funcionamento do prédio;

4.5 Os serviços que por sua natureza e segundo o entendimento da Fiscalização, venham a interferir com a normalidade do funcionamento ou da rotina dos empregados do prédio, deverão ser realizados em horário alternativo, sem ônus para o Contratante;

4.6 O Contratante deverá optar pelo sistema de compensação de horas para os empregados da Contratada que executarem tarefas fora do horário normal de expediente em suas edificações ou adequar provisoriamente a jornada de trabalho, de forma tal que suas necessidades sejam atendidas sem prejuízo para a execução dos serviços contratados. Nesses casos, a compensação ocorrerá por meio de banco de horas, devendo a Contratada cumprir os requisitos para a sua implantação antes do início da vigência do ajuste, a exemplo da formalização de acordos individuais normalmente previstos em instrumentos normativos celebrados com entidades sindicais (acordos e convenções coletivas);

4.6.1 A previsão do item acima deverá abranger tanto os trabalhadores efetivos como os eventuais substitutos de afastamentos diversos (férias, licenças, extensões de horário de trabalho, etc.);

4.6.2 As documentações dos bancos de horas referentes aos acordos e convenções coletivas devem ser homologadas no respectivo sindicato, sendo obrigatória acordo individualizado;

4.6.3 A documentação completa deverá ser apresentada dentro do prazo de 30 dias contado da data de assinatura de contrato;

4.6.4 Sempre que houver novo funcionário não previsto inicialmente no contrato, a Contratada deve apresentar a documentação completa no prazo máximo de 7 dias corridos da efetivação do profissional no contrato;

4.6.5 Enquanto a Contratada não apresentar a documentação citada acima não serão permitidos banco de horas, nem pagamento de horas extras, sendo a Contratada exclusivamente responsável pelos pagamentos legalmente devidos dos funcionários sem haver quaisquer compensações financeiras ou ajuste de banco de horas por parte da Contratante.

4.6.6 O não atendimento aos subitens descritos é passível de sanções previstas contratualmente;

4.7 Na operação e manutenção preventiva/preditiva dos equipamentos e sistemas, a Contratada não poderá, sob quaisquer hipóteses, apresentar custos adicionais referentes a serviços que porventura necessite executar para manter o perfeito funcionamento das instalações do Contratante (prédios sede, anexos, Visconde de Inhaúma e CCJF), fora do horário normal de expediente do Contratante, compreendido entre 7:00 e 19:00 horas, de segunda a sexta- feira, finais de semana e feriados;

4.8 A empresa deverá implantar e a utilizar software de manutenção, no prazo de 90 dias após a assinatura de contrato, que possibilite a emissão de relatórios de ocorrências e estatísticos, bem como permita organizar e controlar todos os registros de intervenções preventivas, preditivas e corretivas. Deverá ser previsto o acesso ao software, na condição de simples consulta, no computador do gestor do contrato e a personalização dos relatórios e ordens de serviço para o TRF-2;

4.9 A programação dos serviços será efetuada pela Contratada, baseada na periodicidade e procedimentos contidos nos manuais dos fabricantes dos equipamentos e/ou sistemas, nos procedimentos internos do TRF, e na experiência da Contratada, submetendo-se à aprovação da fiscalização do TRF. A descrição dos serviços, anteriormente pormenorizada, tem caráter e de orientação básica para os procedimentos a serem adotados;

4.10 É de responsabilidade da Contratada a execução de inspeções nos equipamentos e/ou sistemas, com a frequência recomendada pelos fabricantes e aprovada pelo TRF, assim como a limpeza das diversas grelhas e difusores de ar instalados;

4.11 A contratada deverá apresentar diariamente, até as 11:00h, a planilha de condição diária dos equipamentos.

4.11.1 Nas segundas-feiras a planilha será enviada com a condição dos equipamentos no sábado, domingo e segunda-feira.

4.11.2 Quando houver feriado durante os dias de semana, a planilha citada a ser enviada no dia útil imediatamente subsequente deverá constar, além do próprio dia, os dias de feriado anteriores.

4.12 Até o dia 15 (quinze) de cada mês, a Contratada deverá apresentar à fiscalização programação dos serviços de manutenção preventiva e preditiva a serem executados no mês subsequente. A programação será acompanhada obrigatoriamente da lista de materiais estimados para a execução dos serviços conforme programação estabelecida no item 3 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA.

4.12.1 A Contratada deverá seguir os procedimentos de solicitação de materiais conforme descrito no item 10 - DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS deste Anexo I.

4.13 Assim que seja verificada a necessidade de manutenção corretiva de algum equipamento a Contratada deverá apresentar a Ordem de Serviço (OS) para execução do mesmo.

4.13.1 A ordem de serviço deverá constar da data em que será realizado o serviço, data da elaboração da OS, TAG do equipamento a ser mantido, identificação da causa raiz, descrição dos serviços que serão executados, quantitativo e descritivo de materiais de consumo previstos no serviço.

4.14 Até o último dia útil de cada mês, a Contratada deverá apresentar a lista de materiais efetivamente utilizados nos serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva referentes aos serviços executados no corrente mês para validação pela fiscalização. Apenas os materiais validados nesta etapa serão atestados para o pagamento.

4.15 A Contratada utilizará na prestação dos serviços objeto do presente contrato, mão-de-obra qualificada e especializada, equipamentos e materiais suficientes à realização dos serviços. A solicitação de materiais necessários para a execução destes serviços deverão, para fins de ressarcimento, seguir o critério estabelecido no item 10 - DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS deste Anexo I.

4.16 A contratada será responsável pela manutenção de todos os motores elétricos pertencentes aos equipamentos, incluindo a substituição de peças de reposição e serviços, tais como, rolamentos, ventoinhas de ventilação, buchas, escovas, anéis, hélices ventiladoras, parafusos, caixas de ligação, pintura, recuperação de carcaças, enrolamento de motores, etc. Para a execução dos serviços deverão ser adotados todos os procedimentos recomendados na norma NBR 17094 da ABNT e se necessário nas normas internacionais aplicáveis.

4.17 A Contratada prestará ao Contratante, sempre que solicitado, assessoria técnica para especificar materiais, equipamentos e serviços ou para assessorar a realização de projetos de climatização, sem ônus para a Contratante;

4.18 A Contratada emitirá mensalmente relatórios técnicos, acompanhado do necessário e devido registro fotográfico, das atividades desenvolvidas, contendo no mínimo as seguintes informações:

4.18.1 Intervenção técnicas corretiva, descrevendo causa, efeito e ação adotada;

4.18.2 Histórico das manutenções preventivas e preditivas;

4.18.3 Relatório das pendências encontradas e não solucionadas, descrevendo a causa efeitos e motivos pelos quais não foram solucionadas;

4.18.4 Relatório completo das análises de tratamento dos sistemas de água de condensação e água gelada;

4.18.5 Programação dos próximos serviços de manutenção preventiva, preditiva e/ou corretiva;

4.18.6 Informação de consumo de materiais com os respectivos valores gastos e previamente aprovados;

4.18.7 Informação completa das tarefas executadas fora do horário de expediente, descrevendo as ações adotadas, motivos, funcionários envolvidos e período efetivamente trabalhado;

4.19 O Contratante realizará auditorias nas informações contidas no relatório mencionado neste subitem sempre que julgar necessário;

4.20 Os modelos de relatórios citados no item acima devem ser previamente apresentados à fiscalização para aprovação do modelo.

4.21 A alteração ou omissão intencional das informações contidas no relatório serão consideradas faltas graves e poderão implicar as consequências previstas na legislação vigente e/ou cláusulas contratuais;

4.22 A Contratada deverá adotar todo e qualquer procedimento previsto na Portaria nº 3.523, de 28/08/98, do Ministério da Saúde, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 31/08/98 e eventuais alterações, especialmente a elaboração e atualização do PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), sendo de responsabilidade da contratada a execução dos serviços de limpeza de dutos conforme a lei estadual 4192 de 01/10/2003;

4.23 Os serviços de manutenção corretiva dos chillers deverão ser realizados por profissional técnico treinado pelo fabricante dos equipamentos (CARRIER), devendo tal capacitação ser comprovada junto

a fiscalização do Contrato, por meio de atestado de capacidade técnica relativo à execução de serviços compatíveis, antes do início dos serviços.

4.23.1 Os serviços acima citados, quando não inclusos no item 3.1.7 deste Anexo I, poderão ser subcontratados, no limite estimado de 50 horas anuais, sem prejuízo das responsabilidades legais da Contratada, nos termos do artigo 72 da Lei nº 8.666/93.

4.23.2 Para fins de faturamento dos serviços efetuados, somente será admitida a cobrança de um técnico especializado na manutenção corretiva dos chillers e para tanto, deverá ser considerado o valor tabelado na **Planilha F do Anexo II** deste edital. O valor tabelado representa o custo fixo do técnico especializado, na modalidade homem/hora, para atender todas as possíveis demandas específicas de manutenção corretiva dos chillers. Neste valor estão incluídos todos os custos para completa execução dos serviços de manutenção corretiva, o que abrange ferramentas, equipamentos e instrumentos de medição, avaliação e/ou transporte, fretes, deslocamentos e movimentações; custos trabalhistas e administrativos e serviços extraordinários.

4.23.3 O custo dos materiais a serem instalados nos chillers para execução dos serviços citados em 4.23 não estão incluídos no valor tabelado no Anexo II F e serão orçados individualmente.

4.23.4 Deverão obrigatoriamente ser apresentados à fiscalização, previamente à realização dos serviços corretivos, solicitação com a descrição dos serviços a serem executados, indicando tempo estimado de execução. Apenas com a aprovação formal da fiscalização que a empresa poderá proceder com o serviço.

4.23.5 Para faturamento do referido serviço, deverá ser apresentado em conjunto com a nota fiscal, relatório escrito e fotográfico contemplando a descrição completa com os serviços executados e fotos de antes, durante e depois dos serviços, bem como a indicação de próximos serviços a serem executados caso haja essa necessidade. O relatório faz parte do serviço de manutenção. Desta forma, não será atestada nota fiscal fornecida sem o relatório.

4.23.6 Os serviços de reparo serão acompanhados pelos técnicos da SEMMEC, devendo o profissional treinado pelo fabricante preencher e assinar o formulário de Controle de Serviço, indicando diariamente o horário de início e fim dos serviços. O formulário será também assinado por um dos técnicos da SEMMEC.

4.23.7 CONTROLE DE SERVIÇO DE REPARO NO CHILLER

Data:...../...../.....	Horário	Assinatura Técnico	Assinatura SEMMEC
Início do serviço			
Conclusão dos serviços			

4.24 A Contratada deverá otimizar o uso da mão de obra especificada, de forma a permitir o perfeito funcionamento de todos os sistemas, sendo de sua responsabilidade a elaboração do cronograma otimizado e o planejamento de trabalho, considerando-se inclusive as eventuais necessidades de execução de serviços aos finais de semana e feriados;

4.25 Sempre que necessário e em função de modificações de layout, a contratada será responsável pela execução de trechos de dutos, assim como pela instalação de equipamentos de ar condicionado de pequeno porte do tipo split, visando à adequação dos sistemas às novas necessidades do TRF;

4.26 Sempre que necessário a Contratada deverá providenciar serviços de retífica e/ou tornearia mecânica em eixos, polias, acoplamentos, etc e os materiais necessários para a execução destes serviços deverão, para fins de ressarcimento, seguir o critério constante no item 10 - DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS deste Anexo I.

4.27 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução de Contrato;

4.28 Na hipótese de ocorrer falha do sistema de automação predial, a Contratada deverá disponibilizar pessoal de seu efetivo, para operar o sistema de refrigeração automatizado em condição manual até a normalização dele;

4.29 Os serviços de ajustes, alterações de arquitetura do sistema, alteração de programação lógica no sistema/gerenciador de rede ("Gateway") Automation Server Schneider e backup do sistema poderá ser necessário ao longo da contratação. Porém, por se tratar de serviços excepcionais e não rotineiros, não se exige que a Contratada possua um profissional com capacidade técnica para execução destes serviços, nem que ele seja residente. Assim, a Contratada pode subcontratar profissional/empresa especializada para a execução destes serviços. O pagamento será feito pelo quantitativo de horas de serviços executados e com valor apresentado pela Contratada para este serviço quando da licitação. O item 4.23 e seus subitens, também são aplicados para as atividades citadas neste item, caso seja adequado.

4.29.1 Os serviços citados em 4.29 deverão ser realizados por profissional técnico treinado pelo fabricante dos equipamentos, devendo tal capacitação ser comprovada junto a fiscalização do Contrato, por meio de atestado de capacidade técnica relativo à execução de serviços compatíveis, antes do início dos serviços, bem como certificado em sistema de automação "Ecostruxure Building Operation" Schneider, emitido pela Schneider.

5 INFRAESTRUTURA MÍNIMA NA SEDE DO CONTRATANTE

5.1 A Contratada deverá possuir e instalar nas dependências deste Tribunal, em local a ser estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura e logística - SIE, infraestrutura mínima para o desenvolvimento de suas atividades, no que diz respeito a sua administração local, dentre outros, relógio de ponto, impressoras, material de escritório, limpeza, arquivo, etc. O TRF2 fornecerá um computador com configuração adequada para o acesso de internet com conexão à rede interna, cabendo à contratada o fornecimento de outro computador, caso entenda necessário às suas atividades.

5.2 A Contratada deverá possuir e manter nas dependências deste Tribunal, durante todo o período de vigência do contrato, em local a ser estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura e logística - SIE, os equipamentos, ferramentas e instrumentos listados nas planilhas constantes no Anexo II –

PLANILHAS DE PREÇOS, nas marcas e modelos indicadas ou equivalentes tecnicamente, bem como outros recursos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços. Estes serão de propriedade e de responsabilidade da guarda da Contratada.

5.2.1 Será permitida a retirada dos instrumentos, equipamentos pelo tempo necessário à calibração e manutenções externas.

5.2.2 No caso de danos irreversíveis dos equipamentos e ferramentas, estes deverão ser imediatamente substituídos sem custos ao Contratante.

5.3 Não dispondo, por qualquer razão, no momento em que se fizer necessário, de quaisquer dos equipamentos listados ou, eventualmente, algum não relacionado, a Contratada deverá imediatamente proceder à locação, sendo vedado o repasse de custos e taxas para o Contratante;

6 PREPOSTO

6.1 A Contratada deverá manter preposto aceito pela SEMMEC - Seção de Manutenção de instalações Mecânicas do TRF da 2ª Região, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

6.1.1 O preposto não poderá ser a mesma pessoa do responsável técnico (RT) previsto no contrato de manutenção.

6.2 O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração do Tribunal, deverá se apresentar à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência;

6.3 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;

6.4 A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

6.5 O preposto deverá manter contato com o(s) fiscal(is) do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda, da área de administração de pessoal, da área de fornecimento de material ou da área de manutenção dos equipamentos, objetos desse contrato;

7 EFETIVO MÍNIMO RESIDENTE

Item	Categoria	Quantitativo
1	Engenheiro Mecânico	01
2	Técnico em Refrigeração	01
3	Mecânico de refrigeração diarista	02

4	Mecânico de refrigeração plantonista diurno *	04
5	Ajudante de mecânico plantonista diurno *	04
6	Técnico em eletrotécnica	01
7	Pintor	01

* Dois mecânicos de refrigeração plantonistas diurno serão residentes no prédio do CCJF

* Dois ajudantes de mecânico plantonista diurno serão residentes no prédio do CCJF

8 ATIVIDADES POR CATEGORIA PROFISSIONAL

8.1 Engenheiro Mecânico

8.1.1 Desempenhar as atividades do artigo 12 da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, incluindo cálculos de carga térmica, projeto, consultoria, comissionamento, fiscalização de serviço técnico, execução de desenho técnico, padronização, mensuração e controle de qualidade, coordenar e fiscalizar serviços técnicos, diagnosticar problemas, proposição de soluções, levantamento de materiais necessários, controle da qualidade dos serviços, programar os serviços a serem prestados pelos mecânicos, eletricitas e ajudantes;

8.2 Técnico em eletrotécnica

8.2.1. Substituição e reparo de componentes das instalações de automação, elétricas de força e controle dos sistemas de refrigeração;

8.2.2. Execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva em motores elétricos, quadros e equipamentos de refrigeração;

8.2.3. Executar as rotinas de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas de refrigeração, ventilação e exaustão e respectivos quadros elétricos, inclusive os resfriadores de líquido, quanto à parte eletroeletrônica;

8.2.4. Levantamento dos esquemas elétricos dos equipamentos;

8.2.5. Operação, parametrização e manutenção de controladores programáveis lógicos e inversores de frequência.

8.3 Técnico em refrigeração

8.3.1. Calcular a carga térmica, avaliar o ambiente de instalação, dimensionar, identificar fontes de calor, elaborar relatório com dados do local de instalação, especificar a capacidade do equipamento de ventilação ou refrigeração;

8.3.2. Especificar materiais e acessórios de ventilação e refrigeração; definir tipo, modelo, tensão e fonte de alimentação do equipamento para instalação; analisar projeto de instalação;

avaliar local do equipamento para instalação; pesquisar catálogos de fabricantes; requisitar materiais; conferir materiais requisitados;

- 8.3.3. Instalar equipamentos de ventilação e refrigeração;
- 8.3.4. Selecionar ferramentas e equipamentos; medir o local de instalação para posicionamento do equipamento; interpretar normas e procedimentos para instalação dos equipamentos; instalar tubulações e drenos; interligar unidades evaporadoras e condensadoras; efetuar instalações elétricas;
- 8.3.5. Instalar ramais de dutos;
- 8.3.6. Marcar posições (ou local de instalação) de ramais de dutos; confeccionar peças (dutos);
- 8.3.7. Montar peças (dutos); fixar peças (dutos); acoplar juntas elásticas de vibração; acoplar registros de regulação de ar; fixar difusores, grelhas de insuflamento e retorno; efetuar isolamento térmico dos ramais de dutos; calafetar juntas de conexão;
- 8.3.8. Operar as máquinas de expansão direta, selfs contained; Montar tubulações de refrigeração;
- 8.3.9. Estabelecer percurso da instalação e dimensionar comprimentos das tubulações conforme percurso; nivelar tubulações e equipamentos; fixar tubulações; soldar tubos e conexões; efetuar pré-limpeza da tubulação; tamponar tubulações; pressurizar tubulação com nitrogênio, monitorar pressão manométrica; identificar vazamentos; corrigir vazamentos; efetuar isolamento térmico da tubulação;
- 8.3.10. Aplicar vácuo em sistemas de refrigeração;
- 8.3.11. Despressurizar o sistema; conectar bomba de vácuo ao sistema; instalar vacuômetro; monitorar pressão do vácuo; desmontar equipamentos de vácuo; Carregar os sistemas de refrigeração com fluido refrigerante;
- 8.3.12. Conectar manômetros de alta e baixa pressão; conectar cilindro de fluido refrigerante; expurgar o ar da mangueira dos manômetros; abrir válvulas de serviço do equipamento; injetar fluido refrigerante; controlar a pressão do fluido refrigerante; Realizar testes nos sistemas de refrigeração;
- 8.3.13. Verificar condições de alimentação elétrica dos equipamentos; acionar os equipamentos (motores e compressores); verificar o sentido de rotação dos motores elétricos; controlar variáveis do sistema de refrigeração (tensão e corrente elétricas e pressão monométrica); monitorar o super aquecimento e sub-resfriamento; monitorar o funcionamento dos dispositivos de proteção e controle; desconectar garrafas de gás e manômetro; preencher relatório de testes; apresentar equipamento instalado; orientar o usuário quanto ao funcionamento do sistema;
- 8.3.14. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

8.4 Mecânico de refrigeração

- 8.4.1. Instalar tubulações de refrigeração;
- 8.4.2. Instalar condicionadores do tipo split;
- 8.4.3. Instalar e ajustar controles e dispositivos reguladores; Instalar e comissionar um sistema completo; Carregar, recuperar e transferir refrigerantes;
- 8.4.4. Realizar testes de vazamento de refrigerante nos circuitos de refrigeração de todos os equipamentos, eliminando-os;
- 8.4.5. Pressurização com gás nitrogênio e limpeza dos circuitos de refrigeração com gás Drenar e repor lubrificante do compressor;
- 8.4.6. Conectar componentes elétricos e testar circuitos; Detectar e corrigir falhas nos sistemas;
- 8.4.7. Substituir componentes;
- 8.4.8. Medir e anotar parâmetros operacionais do sistema;
- 8.4.9. Interpretar manuais de operação, diagramas de tubulações e elétricos;
- 8.4.10. Preencher lista de materiais de especificações de sistemas e desenhos/diagramas

8.5 Ajudante de mecânico de refrigeração

- 8.5.1. Auxiliar na realização das rotinas de manutenção das instalações dos sistemas de refrigeração.
- 8.5.2. Pegar periodicamente os chamados a serem atendidos e devolvê-los quando executados,
- 8.5.3. Limpar e lavar os equipamentos,
- 8.5.4. Auxiliar na instalação de novos sistemas de refrigeração Medir temperatura de ambientes e equipamentos,
- 8.5.5. Fazer os ajustes necessários ao controle de temperatura nos ambientes.

8.6 Pintor

- 8.6.1 Realizar pintura em estruturas metálicas removendo sujeiras e ferrugens e cobrindo com camadas zarcão betume ou substância similar a fim de proteger contra a oxidação e facilitar a aderência da tinta

9 FORMAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE

A Contratada deverá apresentar, antes do início dos serviços, a seguinte documentação referente à formação técnica de cada profissional:

- 9.1 Engenheiro Mecânico – Certificado de conclusão do ensino superior na área de Engenharia Mecânica devidamente registrado no CREA com comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses

na função de Engenheiro Mecânico responsável por manutenção de instalações de ar condicionado central;

9.2 Técnico em eletrotécnica – Diploma ou certificado de conclusão de curso técnico de nível médio em eletrotécnica ou equivalente, conferido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC; Comprovação de registro profissional no respectivo conselho de classe; Certificado de participação nos cursos básico de segurança em instalações e serviços com eletricidade, com os conteúdos programáticos e carga horária, definidos no Anexo III da NR 10. Curriculum vitae que comprove experiência profissional de, pelo menos, 06 (seis) meses nessa atividade profissional com expertise em parametrização de inversores de frequência, PLC e automation server;

9.3 Técnico em refrigeração - Certificado de conclusão do ensino de 2º grau, Certificado de curso Técnico em refrigeração, comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na função de mecânico de chiller, comprovada mediante a apresentação da carteira profissional;

9.4 Mecânico de refrigeração - Certificado de conclusão do ensino de 1º grau, Certificado de curso na área de mecânica de refrigeração;

9.5 Pintor - Certificado de conclusão do ensino de 1º grau e Certificado de curso específico na área;

9.6 Ajudante de mecânico de refrigeração - Certificado de conclusão do ensino de 1º grau.

10 DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

10.1 A Contratada deverá providenciar todos os materiais de expedientes necessários para a perfeita execução do serviço administrativo da Contratada residente sem custos extras ao Contratante. Citam-se exemplos destes materiais: canetas, papéis de impressão A4, lápis, borrachas, pranchetas, blocos de anotações, agendas, blocos adesivos para recados, grampeadores, furadores de papel, clips e agendas etc.

10.2 A Contratada deverá providenciar o material de limpeza em quantitativo necessário para as suas atividades, sem custos extras ao Contratante, o que inclui, minimamente: saco de lixo grande (200 litros), saco de lixo pequeno (40 litros), detergente líquido biodegradável, álcool gel, pasta para limpeza, esponja e papel toalha em bobina, água sanitária, veja, sabonete líquido, estopa, etc.

10.3 Durante a execução de serviços de manutenção preventiva / corretiva a Contratada fornecerá os materiais de consumo necessários em plena conformidade com as especificações técnicas, devendo usá-los para os serviços com racionalidade.

10.4 Os quantitativos de materiais foram estimados (podendo variar para mais ou para menos) em função de uma possível necessidade de uso, servindo somente como parâmetro para cotação do valor unitário do material a ser fornecido, não se limitando o Contratado a fornecer somente os quantitativos dos itens especificados, atendendo ao limite do valor Global da Contratação.

10.4.1 A Contratada, sempre mediante prévia autorização do Contratante, deverá fornecer os materiais nas quantidades efetivamente necessárias para suprir a demanda existente, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, por ano de contrato.

10.5 A Contratada deverá fornecer qualquer material de reposição necessário ao funcionamento do sistema ou por equipamento mantido que se encontra no escopo do presente contrato

10.6 Para fornecimento de materiais a Contratada deverá seguir os seguintes trâmites antes da aquisição e fornecimento ao Contratante:

10.6.1 A contratada verificará junto a fiscalização se o material consta no almoxarifado do Contratante. Neste caso o material será fornecido pelo Contratante, sem custos adicionais.

10.6.2 No caso do material não constar do almoxarifado, mas estar especificado na Planilha de Materiais, o mesmo deverá ser fornecido pelo preço especificado na referida planilha.

10.6.3 No caso de materiais que eventualmente não estejam previstos na planilha de materiais, a empresa deverá fornecer o material pelo preço indicado na tabela de insumos desonerado da SINAPI referente ao mês do pedido para o Rio de Janeiro. Se o material não constar na tabela do SINAPI a contratada deverá apresentar 03 (três) pré-orçamentos para apreciação da fiscalização, preenchendo solicitação controlado em planilha para validação pela fiscalização.

10.6.3.1 A Contratante se reserva o direito de auditar os pré-orçamentos apresentados pela Contratada e de levantar outros orçamentos através do setor de compras, o que não exime a Contratada de atender ao item 10.6.3.

10.6.3.2 A Contratada deverá apresentar o custo dos materiais pelo menor preço unitário, inclusive quando os preços forem levantados pelo setor de compras Contratante.

10.6.4 A Contratante se reserva o direito de adquirir o material com terceiros, na hipótese de não se verificar a vantajosidade para a Administração;

10.6.5 Na hipótese de aquisição junto à Contratada, após aprovação do gestor, o pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após o atesto da Nota fiscal pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato.

10.7 Os materiais requisitados pela fiscalização do contrato serão medidos pelos quantitativos solicitados, sendo pagos mensalmente pelo contratante, com base na seguinte regra: preço unitário x quantidade utilizada.

10.8 Todos os materiais de reposição e recomposição deverão ser fornecidos pela Contratada, aos preços por ela propostos, nos termos deste Termo de Referência, os quais serão liquidados pelos quantitativos efetivamente medidos, gastos e pagos pelo Contratante mensalmente. Para garantia de pronto atendimento, sob pena de incorrer em glosa e multa contratualmente prevista, a Contratada deverá manter, as suas próprias custas, estoque mínimo de materiais de reposição, o qual somente será pago quando de sua efetiva utilização;

10.9 A Contratada apresentará notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, acompanhada de descrição que caracterize completamente os materiais fornecidos. A relação deverá conter os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos, garantia, indicação da requisições de materiais aprovada pela fiscalização, etc;

10.10 No caso de fornecimento de material através de pesquisa de preços (três valores obtidos no mercado) - conforme 10.6.3 - a Contratada deverá apresentar nota fiscal discriminando exatamente o valor aprovado pela fiscalização. Sobre estes os valores deverão ser incluídos os tributos incidentes em função do repasse destes materiais da Contratada para o Contratante.

10.11 A Contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com o cronograma. A fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores;

10.12 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT;

10.13 Todos os materiais fornecidos pela Contratada deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante;

10.14 Será de responsabilidade da empresa disponibilizar o ferramental mínimo e instrumentos necessários à execução dos serviços, conforme Planilha de ferramentas e Equipamentos anexa à este Termo de Referência, sendo a guarda destes de sua exclusiva responsabilidade. A empresa deverá manter em perfeito funcionamento todo o ferramental e instrumentos disponibilizados, efetuando manutenção periódica e/ou substituindo de imediato os que sofrerem danos.

10.15 A empresa deverá manter em condições de limpeza e organização os ambientes de acesso restrito ao pessoal de manutenção, tais como casas de bombas, salas de manutenção.

11 DO DESCARTE DE MATERIAIS E RESÍDUOS

11.1 A contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios, adotando as seguintes práticas na execução dos serviços:

11.1.1 Efetivar a separação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção dos sistemas de seu escopo contratual;

11.1.2 Adotar manuais de procedimento de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como, óleos lubrificantes, botijões de gás, carcaças metálicas de equipamentos e compressores, correias, filtros de ar descartáveis, motores elétricos, válvulas e registros, separadores de líquido, vasilhames metálicos, filtros secadores, rolamentos, etc para repasse aos estabelecimentos que comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, fabricantes ou importadoras;

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2020/0295
Anexo II A - PLANILHA DE MÃO DE OBRA

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Técnico em Eletrotécnica			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base		R\$ 2.915,86
B	Adicional periculosidade (30%)		R\$ 874,76
C	Outros (especificar)		R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
E	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 3.790,62
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte		R\$ 184,15
B	Café da manhã		R\$ 6,60
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)		R\$ 346,50
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindístal)		R\$ 35,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$ 10,64
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 582,89
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes		R\$ 12,15
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)		R\$ 41,70
C	Outros (especificar)		R\$ 59,13
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 112,98
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 758,12
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 56,86
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 37,91
D	INCRA	0,20%	R\$ 7,58
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 94,77
F	FGTS	8,00%	R\$ 303,25
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 75,81
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,74
TOTAL		35,80%	R\$ 1.357,04
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 344,57
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 114,86
Subtotal		12,12%	R\$ 459,42
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 164,47
TOTAL		16,46%	R\$ 623,90
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 1,14
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,41
TOTAL		0,04%	R\$ 1,54
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 15,81

B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,14
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001%	R\$ 0,00
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 73,69
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 26,38
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,38
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 165,27
TOTAL		7,46%	R\$ 282,67
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 344,57
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 62,92
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,76
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 31,08
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,14
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 440,47
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 157,69
TOTAL		15,78%	R\$ 598,16
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.357,04
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 623,90
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,54
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 282,67
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 598,16
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54%	R\$ 2.863,31
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 7.349,80
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 367,49
B	Lucro	6,79%	R\$ 524,00
C	Tributos		R\$ 8.241,29
D	Fator auxiliar para cálculo [1-(C1+C2+C3)]	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 9.610,83
	C1. PIS	1,65%	R\$ 158,58
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 730,42
	C3. ISS	5,00%	R\$ 480,54
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.369,54
TOTAL			R\$ 2.261,04
TOTAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Técnico em Eletrotécnica			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 3.790,62
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 582,89
III – Insumos diversos			R\$ 112,98
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 2.863,31
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 7.349,80
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 2.261,04
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 9.610,83

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Ajudante de Mecânico (12 x 36)			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base		R\$ 1.436,83
B	Outros (especificar)		R\$ 0,00
C	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 1.436,83
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte		R\$ 170,29
B	Café da manhã		R\$ 6,60
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)		R\$ 247,50
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)		R\$ 35,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$ 10,64
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 470,03
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes		R\$ 12,15
B	Equipamentos e ferramentas (depreciação)		R\$ 41,70
C	EPI		R\$ 54,66
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 108,51
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 287,37
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 21,55
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 14,37
D	INCRA	0,20%	R\$ 2,87
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 35,92
F	FGTS	8,00%	R\$ 114,95
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 28,74
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,62
TOTAL		35,80%	R\$ 514,39
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 130,61
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 43,54
Subtotal		12,12%	R\$ 174,14
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 62,34
TOTAL		16,46%	R\$ 236,49
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,43
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,15
TOTAL		0,04%	R\$ 0,59
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,99
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,43
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001%	R\$ 0,00
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 27,93
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 10,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,14
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 62,65
TOTAL		7,46%	R\$ 107,15

Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 130,61
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 23,85
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,29
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 11,78
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,43
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 166,96
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 59,77
TOTAL		15,78%	R\$ 226,73
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 514,39
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 236,49
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 0,59
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 107,15
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 226,73
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54%	R\$ 1.085,33
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 3.100,70
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 155,04
B	Lucro	6,79%	R\$ 221,06
C	Tributos		R\$ 3.476,80
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 4.054,58
	C1. PIS	1,65%	R\$ 66,90
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 308,15
	C3. ISS	5,00%	R\$ 202,73
Total dos tributos		14,25%	R\$ 577,78
TOTAL			R\$ 953,88
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Ajudante de Mecânico (12 x 36)			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 1.436,83
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 470,03
III – Insumos diversos			R\$ 108,51
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 1.085,33
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 3.100,70
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 953,88
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 4.054,58

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Engenheiro Mecânico			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 11.220,00	
B	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 11.220,00	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 0,00	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 760,00	
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 10,64	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 770,64
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 18,49	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 41,70	
C	EPI	R\$ 5,07	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 65,26
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 2.244,00
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 168,30
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 112,20
D	INCRA	0,20%	R\$ 22,44
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 280,50
F	FGTS	8,00%	R\$ 897,60
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 224,40
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 67,32
TOTAL		35,80%	R\$ 4.016,76
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 1.019,90
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 339,97
Subtotal		12,12%	R\$ 1.359,86
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 486,83
TOTAL		16,46%	R\$ 1.846,70
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 3,37
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 1,21
TOTAL		0,04%	R\$ 4,57
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 46,79
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 3,37
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001%	R\$ 0,01
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 218,12
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 78,09
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 1,12
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 489,19

TOTAL		7,46%	R\$ 836,68
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 1.019,90
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 186,25
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 2,24
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 92,00
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 3,37
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 1.303,76
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 466,75
TOTAL		15,78%	R\$ 1.770,51
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 4.016,76
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 1.846,70
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 4,57
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 836,68
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 1.770,51
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54%	R\$ 8.475,22
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 20.531,12
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 1.026,56
B	Lucro	6,79%	R\$ 1.463,77
C	Tributos		R\$ 23.021,44
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 26.847,16
	C1. PIS	1,65%	R\$ 442,98
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 2.040,38
	C3. ISS	5,00%	R\$ 1.342,36
Total dos tributos		14,25%	R\$ 3.825,72
TOTAL			R\$ 6.316,04
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL –Engenheiro Mecânico			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 11.220,00
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 770,64
III – Insumos diversos			R\$ 65,26
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 8.475,22
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 20.531,12
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 6.316,04
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 26.847,16

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Técnico em Refrigeração			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 2.915,86	
B	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 2.915,86	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 184,15	
B	Café da manhã	R\$ 6,60	
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 346,50	
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	R\$ 35,00	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 10,64	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 582,89
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 18,49	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 41,70	
C	EPI	R\$ 10,17	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 70,36
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 583,17
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 43,74
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 29,16
D	INCRA	0,20%	R\$ 5,83
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 72,90
F	FGTS	8,00%	R\$ 233,27
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 58,32
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 17,50
TOTAL		35,80%	R\$ 1.043,88
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 265,05
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 88,35
Subtotal		12,12%	R\$ 353,40
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 126,52
TOTAL		16,46%	R\$ 479,92
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,87
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,31
TOTAL		0,04%	R\$ 1,19
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,16
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,87
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001%	R\$ 0,00
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 56,68
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 20,29
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,29

G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 127,13
TOTAL		7,46%	R\$ 217,44
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 265,05
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 48,40
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,58
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 23,91
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,87
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 338,82
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 121,30
TOTAL		15,78%	R\$ 460,12
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.043,88
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 479,92
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,19
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 217,44
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 460,12
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54%	R\$ 2.202,54
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 5.771,65
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 288,58
B	Lucro	6,79%	R\$ 411,49
C	Tributos		R\$ 6.471,73
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 7.547,20
	C1. PIS	1,65%	R\$ 124,53
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 573,59
	C3. ISS	5,00%	R\$ 377,36
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.075,48
TOTAL			R\$ 1.775,55
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Técnico em refrigeração			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 2.915,86
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 582,89
III – Insumos diversos			R\$ 70,36
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 2.202,54
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 5.771,65
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.775,55
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 7.547,20

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Mecânico em Refrigeração (diarista)			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 2.144,75	
B	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 2.144,75	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 230,42	
B	Café da manhã	R\$ 6,60	
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 346,50	
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	R\$ 35,00	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 10,64	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			R\$ 629,16
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 12,15	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 41,70	
C	EPI	R\$ 54,66	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 108,51
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 428,95
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 32,17
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 21,45
D	INCRA	0,20%	R\$ 4,29
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 53,62
F	FGTS	8,00%	R\$ 171,58
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 42,90
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,87
TOTAL		35,80%	R\$ 767,82
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 194,96
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 64,99
Subtotal		12,12%	R\$ 259,94
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 93,06
TOTAL		16,46%	R\$ 353,00
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,64
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,23
TOTAL		0,04%	R\$ 0,87
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 8,94
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,64
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001%	R\$ 0,00
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 41,69
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 14,93
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,21

G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 93,51
TOTAL		7,46%	R\$ 159,94
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 194,96
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 35,60
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,43
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 17,59
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,64
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 249,22
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 89,22
TOTAL		15,78%	R\$ 338,44
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 767,82
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 353,00
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 0,87
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 159,94
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 338,44
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54%	R\$ 1.620,07
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 4.502,49
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 225,12
B	Lucro	6,79%	R\$ 321,01
C	Tributos		R\$ 5.048,62
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 5.887,61
	C1. PIS	1,65%	R\$ 97,15
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 447,46
	C3. ISS	5,00%	R\$ 294,38
Total dos tributos		14,25%	R\$ 838,98
TOTAL			R\$ 1.385,11
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Mecânico em refrigeração (diarista)			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 2.144,75
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 629,16
III – Insumos diversos			R\$ 108,51
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 1.620,07
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 4.502,49
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.385,11
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 5.887,61

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Mecânico em Refrigeração (12x36) diurno			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 2.144,75	
B	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 2.144,75	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 127,82	
B	Café da manhã	R\$ 6,60	
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 247,50	
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	R\$ 35,00	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 10,64	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 427,56
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 12,15	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 41,70	
C	EPI	R\$ 54,66	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 108,51
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 428,95
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 32,17
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 21,45
D	INCRA	0,20%	R\$ 4,29
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 53,62
F	FGTS	8,00%	R\$ 171,58
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 42,90
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,87
TOTAL		35,80%	R\$ 767,82
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 194,96
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 64,99
Subtotal		12,12%	R\$ 259,94
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 93,06
TOTAL		16,46%	R\$ 353,00
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,64
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,23
TOTAL		0,04%	R\$ 0,87
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 8,94
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,64
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001%	R\$ 0,00
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 41,69
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 14,93
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,21

G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 93,51
TOTAL		7,46%	R\$ 159,94
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 194,96
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 35,60
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,43
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 17,59
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,64
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 249,22
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 89,22
TOTAL		15,78%	R\$ 338,44
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 767,82
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 353,00
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 0,87
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 159,94
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 338,44
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54%	R\$ 1.620,07
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 4.300,89
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 215,04
B	Lucro	6,79%	R\$ 306,63
C	Tributos		R\$ 4.822,57
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 5.623,99
	C1. PIS	1,65%	R\$ 92,80
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 427,42
	C3. ISS	5,00%	R\$ 281,20
Total dos tributos		14,25%	R\$ 801,42
TOTAL			R\$ 1.323,10
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Mecânico em refrigeração (12 x 36) diurno			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 2.144,75
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 427,56
III – Insumos diversos			R\$ 108,51
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 1.620,07
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 4.300,89
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.323,10
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 5.623,99

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Pintor			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 2.115,01	
B	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 2.115,01	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 232,20	
B	Café da manhã	R\$ 6,60	
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 346,50	
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	R\$ 35,00	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 10,64	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			R\$ 630,94
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 12,15	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 41,70	
C	EPI	R\$ 57,60	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 111,45
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 423,00
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 31,73
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 21,15
D	INCRA	0,20%	R\$ 4,23
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 52,88
F	FGTS	8,00%	R\$ 169,20
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 42,30
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,69
TOTAL		35,80%	R\$ 757,17
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 192,25
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 64,08
Subtotal		12,12%	R\$ 256,34
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 91,77
TOTAL		16,46%	R\$ 348,11
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,63
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,23
TOTAL		0,04%	R\$ 0,86
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 8,82
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,63
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001%	R\$ 0,00
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 41,12
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 14,72
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,21

G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 92,21
TOTAL		7,46%	R\$ 157,72
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 192,25
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 35,11
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,42
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 17,34
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,63
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 245,76
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 87,98
TOTAL		15,78%	R\$ 333,75
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 757,17
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 348,11
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 0,86
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 157,72
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 333,75
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54%	R\$ 1.597,61
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 4.455,01
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 222,75
B	Lucro	6,79%	R\$ 317,62
C	Tributos		R\$ 4.995,38
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 5.825,52
	C1. PIS	1,65%	R\$ 96,12
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 442,74
	C3. ISS	5,00%	R\$ 291,28
Total dos tributos		14,25%	R\$ 830,14
TOTAL			R\$ 1.370,51
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Pintor			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 2.115,01
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 630,94
III – Insumos diversos			R\$ 111,45
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 1.597,61
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 4.455,01
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 1.370,51
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 5.825,52

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2020/0295

ANEXO II B - PLANILHA DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS					
Item	Descrição	Modelo/Ref.	Qtd	Custo Médio Unitário	Total
1	Bomba de alta pressão para limpeza por jateamento de água, compacta, portátil, baixo nível de ruído, pressão nominal 2000 lb/in2	-	2	R\$ 1.452,78	R\$ 2.905,56
2	Bomba de vácuo portátil com capacidade acima de 18CFM	Robinar	1	R\$ 2.575,70	R\$ 2.575,70
3	Bomba de vácuo portátil com capacidade acima de 12CFM	Robinar	2	R\$ 1.589,91	R\$ 3.179,82
4	Graxeiro de 2 bicos, 1 rígido e 1 flexível	-	1	R\$ 178,43	R\$ 178,43
5	Transferidora com compressor de 5TR		1	R\$ 1.883,00	R\$ 1.883,00
6	Multímetro para medir: "true RMS" AC/AC+DC ; tensão DC até 1000V ; tensão AC até 750V ; corrente AC/DC 10A ; resistência/conduância 40MΩ/40nS ; capacitância 9999µF ; frequência 10MHz ; temperatura -40~1372°C ; Teste de diodo/continuidade ; "autorange" ; "auto power off/dBm ; máx./mín./avg./relativo ; interface RS232 e software ; precisão 0.06% ; categoria CAT III - 600V.	Minipa ET2600	3	R\$ 423,67	R\$ 1.271,01
7	Fasímetro: tensão de entrada 90~600V ; resposta em frequência 50/70Hz ; CATII - 600V.Instrutherm SPI200	100V-600V / 50-70Hz/500V max 3min. Max. 7 mA, 600V	1	R\$ 356,30	R\$ 356,30
8	Detetor eletrônico de vazamento de gás refrigerante R-22,R134 e R-410		1	R\$ 346,50	R\$ 346,50
9	Decibelímetro digital	Minipa MSL-1325	1	R\$ 724,55	R\$ 724,55
10	Megômetro digital autorange: faixa de medida 4,40,400,4000MΩ ; tensão de teste DC 250,500,1000V ; voltímetro AC 600V ; voltímetro DC 600V ; medida de resistência 400,4000Ω ; teste de continuidade ; " auto power off" ; precisão básica 3% ; categoria CATIII-600V.	Minipa MI2650	1	R\$ 1.113,17	R\$ 1.113,17
11	Termômetro infravermelho- 30°C a 550°C	Instrutherm TI870	1		R\$ 0,00
12	Termômetro digital 5 bulbos Full Gauge	Minipa	1	R\$ 738,75	R\$ 738,75
13	Anemômetro digital , faixa de medida 0.3~30m/s / 60~5900ft/min / 0.6~58knots / 1.1~108km/h / 0.7~67mph / -20~60°C ; data hold/auto power off ; máx./mín. ; precisão básica 3%fs	Instrutherm AD-165	1	R\$ 356,07	R\$ 356,07
14	Capacímetro: faixa de medida 200p~20000µF ; resolução 0.1p~10µF ; ajuste de zero +/-20pF ; precisão 0.5%.		1	R\$ 225,92	R\$ 225,92
15	Aparelho de solda oxi-acetileno, portátil, completo, com jogos de bico de solda e de corte		1	R\$ 2.766,82	R\$ 2.766,82

16	Relógio comparador completo para alinhamento de todos os acoplamentos nos eixos existentes nos prédios do TRF2ªR.		1	R\$ 275,88	R\$ 275,88
17	Termohigrômetro Data logger de temperatura de bulbo seco (°C) e umidade relativa(%) com display LCD, Termômetro: escala interna - 10+50°C; escala externa -50+70°C; precisão +/- 1°C; resolução: 0.1°C. Higrômetro: escala 25 a 98%UR ; precisão+/-3%UR ; resolução 1%UR. Capacidade de 60.000 registros, ajustável entre 1 s e 24hs. Com comunicação USB		2	R\$ 1.143,67	R\$ 2.287,34
18	Fonte de alimentação simétrica, regulável até 30V/5A		2	R\$ 1.837,80	R\$ 3.675,60
19	Termômetro infravermelho -30°C até 550°C; resolução:.5/1°C; precisão:+-2°C de -30°C até 100°C e +-2% da leitura se 101°C até 550°C		1	R\$ 677,95	R\$ 677,95
20	Alicate amperímetro para medir: corrente DC 600A ; corrente AC 600A ; tensão DC 1000V ; tensão AC 750V ; resistência 2MΩ ; abertura da garra 50mm ; diâmetro do condutor 48mm ; "peak hold" ; precisão 2% ; CATIII - 1000V.		3	R\$ 492,68	R\$ 1.478,04
21	Válvula reguladora para gás nitrogênio com manômetros de escala de 200 -1600Kpa e outro com escala de 500 -30000Kpa ; conexão de mangueira Ø ¼" ; conexão da garrafa Ø24,1mm		2	R\$ 1.815,11	R\$ 3.630,22
				Total	R\$ 30.646,63

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2020/0295

ANEXO II C - LISTA DE EPI				
Mecânico e Ajudante de refrigeração				
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Custo Unitário	Custo Médio Total
1	Luva de malha pigmentada	6	R\$ 4,05	R\$ 24,30
2	Luvas nitrílicas	6	R\$ 10,41	R\$ 62,46
3	Óculos ampla visão	1	R\$ 31,34	R\$ 31,34
4	Respirador descartável	9	R\$ 3,42	R\$ 30,78
5	Protetor auricular	1	R\$ 2,77	R\$ 2,77
6	Sapato de segurança	1	R\$ 74,20	R\$ 74,20
7	Capacete com carneira	1	R\$ 15,11	R\$ 15,11
8	Cinto tipo paraquedista	1	R\$ 142,29	R\$ 142,29
9	Talabarte	1	R\$ 196,59	R\$ 196,59
10	Avental de PVC	1	R\$ 12,39	R\$ 12,39
11	Botas de borracha	1	R\$ 49,33	R\$ 49,33
12	Abafador de ruído	1	R\$ 14,40	R\$ 14,40
				R\$ 655,96
			Custo Mensal	R\$ 54,66
Técnico em Eletrotécnica				
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
13	Luva de malha pigmentada	6	R\$ 4,05	R\$ 24,30
14	Óculos ampla visão	1	R\$ 31,34	R\$ 31,34
15	protetor auricular	1	R\$ 2,77	R\$ 2,77
16	botina para eletricista	1	R\$ 108,06	R\$ 108,06
17	luva de eletricista	1	R\$ 35,20	R\$ 35,20
18	luva de cobertura	1	R\$ 15,93	R\$ 15,93
19	sapato de segurança	1	R\$ 74,20	R\$ 74,20
20	capacete com carneira	1	R\$ 15,11	R\$ 15,11
21	cinto tipo paraquedista	1	R\$ 142,29	R\$ 142,29
22	talabarte	1	R\$ 196,59	R\$ 196,59
23	bota de borracha	1	R\$ 49,33	R\$ 49,33
24	abafador de ruído	1	R\$ 14,40	R\$ 14,40
				R\$ 709,52
			Custo Mensal	R\$ 59,13
Engenheiro Mecânico				
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Custo Médio Unitário Anual	Custo Médio Total
3	Óculos ampla visão	1	R\$ 31,34	R\$ 31,34
7	Capacete com carneira	1	R\$ 15,11	R\$ 15,11
12	Abafador de ruído	1	R\$ 14,40	R\$ 14,40
				R\$ 60,85
			Custo Mensal	R\$ 5,07
Técnico de Refrigeração				
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
14	Óculos ampla visão	1	R\$ 31,17	R\$ 31,17
15	protetor auricular	1	R\$ 2,74	R\$ 2,74

19	sapato de segurança	1	R\$ 73,39	R\$ 73,39
20	capacete com carneira	1	R\$ 14,95	R\$ 14,95
				R\$ 122,25
			Custo Mensal	R\$ 10,19

Pintor				
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Custo Médio Unitário Anual	Custo Médio Total
1	Luva de malha pigmentada	6	R\$ 4,05	R\$ 24,30
2	Luvas nitrílicas	6	R\$ 10,41	R\$ 62,46
3	Óculos ampla visão	1	R\$ 31,34	R\$ 31,34
4	Respirador descartável	9	R\$ 3,42	R\$ 30,78
5	Protetor auricular	1	R\$ 2,77	R\$ 2,77
6	Sapato de segurança	1	R\$ 74,20	R\$ 74,20
7	Capacete com carneira	1	R\$ 15,11	R\$ 15,11
8	Cinto tipo paraquedista	1	R\$ 142,29	R\$ 142,29
9	Talabarte	1	R\$ 196,59	R\$ 196,59
11	Botas de borracha	1	R\$ 36,49	R\$ 36,49
12	Abafador de ruído	1	R\$ 14,40	R\$ 14,40
				R\$ 630,73
			Custo Mensal	R\$ 52,56

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2020/0295

ANEXO II D - PLANILHA DE FERRAMENTAS					
FERRAMENTAS DE USO COMUM					
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO Ref.	Quant	Valor Unit	Valor Total
1	Saca polia T	-	1	R\$ 260,21	R\$ 260,21
2	Saca polia A	-	1	R\$ 530,38	R\$ 530,38
3	Tesoura para chapa	-	1	R\$ 74,80	R\$ 74,80
4	Marretinha	2"	1	R\$ 68,89	R\$ 68,89
5	Arco serra	-	1	R\$ 38,48	R\$ 38,48
6	Chave grifo	24"	1	R\$ 99,17	R\$ 99,17
7	Chave boca/estria	30mm	1	R\$ 23,63	R\$ 23,63
8	Chave boca/estria	13 / 16	1	R\$ 24,70	R\$ 24,70
9	Chave boca/estria	15 / 16	1	R\$ 26,47	R\$ 26,47
10	Chave boca/estria	1"	1	R\$ 53,35	R\$ 53,35
11	Chave boca/estria	1"1/8	1	R\$ 62,09	R\$ 62,09
12	Chave boca/estria	1"1/16	1	R\$ 49,98	R\$ 49,98
13	aplicação de silicone	-	1	R\$ 80,97	R\$ 80,97
14	Conjunto soquete	3/8 A 1" 1K(Belzer)	1	R\$ 290,41	R\$ 290,41
15	Conjunto vazadores para juntas	-	1	R\$ 109,71	R\$ 109,71
16	Máquinas furar Bosch	1/2" GSB 13 RE	1	R\$ 490,86	R\$ 490,86
17	Máquinas furar Bosch	1/2" Super Hobby	1	R\$ 1.002,85	R\$ 1.002,85
18	Serra tico tico	Maquita 4300 BA	1	R\$ 396,14	R\$ 396,14
19	Conjunto PPU (oxi-acetileno)	-	1	R\$ 3.422,16	R\$ 3.422,16
20	Paquímetro metálico	(Vonder) 200mm-8"	1	R\$ 331,53	R\$ 331,53
21	Trincha 1/2 "		1	R\$ 6,50	R\$ 6,50
22	Trincha 1"		1	R\$ 5,13	R\$ 5,13
23	Trincha 2 "		1	R\$ 5,97	R\$ 5,97
24	Trincha 3 "		1	R\$ 10,96	R\$ 10,96
25	Trincha 1 1/2 "		1	R\$ 7,32	R\$ 7,32
26	Trincha 2 1/2 "		1	R\$ 15,38	R\$ 15,38
27	Rolo para pintura de espuma 23cm		1	R\$ 28,26	R\$ 28,26
28	Rolo para pintura de lã 23cm		1	R\$ 28,62	R\$ 28,62
TOTAL					R\$ 7.544,92
FERRAMENTAS DE USO DO MECÂNICO E ELETROTÉCNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO Ref.		Valor Unit	Valor Total
1	Mala de ferramenta em aço	-	1	R\$ 124,08	R\$ 124,08
2	Alicate universal	8"	1	R\$ 25,21	R\$ 25,21

3	Alicate bico	6"	1	R\$ 29,68	R\$ 29,68
4	Alicate corte	6"	1	R\$ 23,85	R\$ 23,85
5	Alicate pressão	-	1	R\$ 60,48	R\$ 60,48
6	Chave de fenda	1/8 x 6"	1	R\$ 8,64	R\$ 8,64
7	Chave de fenda	1/4 x 1/2"	1	R\$ 9,96	R\$ 9,96
8	Chave de fenda	3/16 x 6"	1	R\$ 9,96	R\$ 9,96
9	Chave de fenda	1/4 X 6"	1	R\$ 9,23	R\$ 9,23
10	Chave de fenda	3/16 x 1 1/2"	1	R\$ 10,03	R\$ 10,03
11	Chave de fenda	5/16 x 8"	1	R\$ 13,57	R\$ 13,57
12	Chave Philips nº2	-	1	R\$ 20,45	R\$ 20,45
13	Chave Philips nº3	-	1	R\$ 20,64	R\$ 20,64
14	Jogo de chave Allen MM	-	1	R\$ 35,53	R\$ 35,53
15	Jogo de chave Allen Pol	-	1	R\$ 44,63	R\$ 44,63
16	Canivete	-	1	R\$ 48,30	R\$ 48,30
17	Chave de grifo	12"	1	R\$ 46,71	R\$ 46,71
18	Chave boca ajustável	10"	1	R\$ 59,58	R\$ 59,58
19	Chave boca ajustável	6"	1	R\$ 26,09	R\$ 26,09
20	Chave boca ajustável	8"	1	R\$ 51,71	R\$ 51,71
21	Chave boca ajustável	12"	1	R\$ 53,58	R\$ 53,58
22	Termômetro digital tipo caneta -5°C/+150°C	-	1	R\$ 46,86	R\$ 46,86
23	Chave de boca	9/16" x 1/2"	1	R\$ 22,76	R\$ 22,76
24	Chave de boca	3/8" x 7/16"	1	R\$ 19,98	R\$ 19,98
25	Chave de boca	3/4 x 5/8"	1	R\$ 27,40	R\$ 27,40
26	Espátula	-	1	R\$ 5,37	R\$ 5,37
27	Chave boca estria	5/8"	1	R\$ 26,60	R\$ 26,60
28	Chave boca estria	7/16" x 3/8"	1	R\$ 23,41	R\$ 23,41
29	Chave boca estria	9/16"	1	R\$ 22,38	R\$ 22,38
30	Chave boca estria	3/4"	1	R\$ 27,45	R\$ 27,45
31	Chave boca estria	1/2"	1	R\$ 15,69	R\$ 15,69
32	Martelo de bola	-	1	R\$ 16,67	R\$ 16,67
33	Conjunto flangeador	-	1	R\$ 222,10	R\$ 222,10
34	Alargador de tubo	-	1	R\$ 138,71	R\$ 138,71
35	Cortador de tubo	1/16 x 1"	1	R\$ 39,04	R\$ 39,04
36	Trena 3 metros	-	1	R\$ 15,87	R\$ 15,87
37	Lanterna	-	1	R\$ 33,09	R\$ 33,09
38	Manifold completo	-	1	R\$ 110,05	R\$ 110,05
39	Chave canhão	8mm	1	R\$ 30,16	R\$ 30,16
40	Chave canhão	5/16x6"	1	R\$ 26,24	R\$ 26,24
41	Pente para serpentina	-	1	R\$ 21,82	R\$ 21,82
42	Lima redonda	-	1	R\$ 10,11	R\$ 10,11
43	Lima paralela	-	1	R\$ 19,00	R\$ 19,00
44	Chave catraca(4 posições)	1/4" x 3/16" -3/8" x 5/16"	1	R\$ 191,89	R\$ 191,89
TOTAL					R\$ 1.844,56
TOTAL GERAL					R\$ 9.389,48

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2020/0295

ANEXO II E - PLANILHAS DE MATERIAIS						
ITEM I - MATERIAIS PARA SELF CONTAINED						
Item	Descrição	Modelo	Unidade	Quant anual	Custo unitário	Total anual
1.1	Val. exp. 5tr (r-22) ent. 1/2" x sai. 5/8" x equalização ext. 1/4" (flange)		pç	2	R\$ 632,68	R\$ 1.265,36
1.2	Val. exp. 7,5tr (r-22) ent. 1/2" x sai. 5/8" x equalização ext. 1/4" (flange)		pç	2	R\$ 725,95	R\$ 1.451,90
1.3	Válvula de expansão 10 TR, rosca com equalização externa 1/4", ent. 5/8", saída 5/8" marca Emerson, Danfoss ou que se adeque perfeitamente ao sistema.		pç	1	R\$ 783,01	R\$ 783,01
1.4	Válvula de segurança térmica (Plug fusível tipo PFB) para condensador de Self de 10 e 15 TR - Ø 5/8" - altura: 22mm - material latão - cabeça sextavada - temperatura de fusão: (93-98°C) - rosca NPT - Fab: AMSS ou similar que se adeque perfeitamente ao sistema - (Código SIASG: BR0089524/0001)		pç	3	R\$ 913,23	R\$ 2.739,69
1.5	Pressostato conjugado (alta/baixa) para r-22 com rearme manual escala baixa 0 a 100 psi, escala alta 90 a 450 psi		pç	2	R\$ 219,07	R\$ 438,14
					Subtotal:	R\$ 6.678,10
ITEM II - MATERIAIS MANUTENÇÃO MECÂNICA						
Item	Descrição	Modelo	Unidade	Quant anual	Custo unitário	Total anual
2.1	Rolamento Mod: 6202 ZZ, Marca NSK ou similar	6202 ZZ	pç	1	R\$ 19,43	R\$ 19,43
2.2	Rolamento Mod: 6203 ZZ, Marca NSK ou similar	6203 ZZ	pç	1	R\$ 17,79	R\$ 17,79
2.3	Rolamento Mod: 6204 ZZ, Marca NSK ou similar	6204 ZZ	pç	1	R\$ 27,29	R\$ 27,29
2.4	Rolamento Mod: 6205 ZZ, Marca NSK ou similar	6205 ZZ	pç	1	R\$ 32,70	R\$ 32,70
2.5	Rolamento Mod: 6206 ZZ, Marca NSK ou similar	6206 ZZ	pç	1	R\$ 40,57	R\$ 40,57
2.6	Rolamento SA205-16	SA205-16	pç	1	R\$ 134,92	R\$ 134,92
2.7	Correia A-19, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-19	pç	5	R\$ 22,56	R\$ 112,80
2.8	Correia A-25, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-25	pç	4	R\$ 30,65	R\$ 122,60
2.9	Correia A-26, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-26	pç	5	R\$ 26,53	R\$ 132,65
2.10	Correia A-29, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-29	pç	5	R\$ 37,60	R\$ 188,00
2.11	Correia A-30, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-30	pç	18	R\$ 41,80	R\$ 752,40
2.12	Correia A-32, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-32	pç	15	R\$ 42,40	R\$ 636,00
2.13	Correia A-37, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-37	pç	30	R\$ 41,46	R\$ 1.243,80
2.14	Correia A-33, Marca Goodyear ou similar - (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-33	pç	5	R\$ 38,33	R\$ 191,65
2.15	Correia A-36, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-36	pç	5	R\$ 37,24	R\$ 186,20
2.16	Correia A-40, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-40	pç	2	R\$ 39,07	R\$ 78,14
2.17	Correia A-41, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-41	pç	5	R\$ 49,22	R\$ 246,10
2.18	Correia A-42, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-42	pç	9	R\$ 46,51	R\$ 418,59
2.19	Correia A-43, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-43	pç	5	R\$ 43,76	R\$ 218,80
2.20	Correia A-44, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-44	pç	10	R\$ 28,71	R\$ 287,10
2.21	Correia A-45, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-45	pç	6	R\$ 47,34	R\$ 284,04
2.22	Correia A-50, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-50	pç	6	R\$ 49,37	R\$ 296,22
2.23	Correia A-51, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-51	pç	15	R\$ 58,38	R\$ 875,70
2.24	Correia A-52, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-52	pç	3	R\$ 56,32	R\$ 168,96
2.25	Correia A-59, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-59	pç	4	R\$ 44,21	R\$ 176,84
2.26	Correia A-63, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-63	pç	5	R\$ 43,50	R\$ 217,50
2.27	Correia A-64, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-64	pç	6	R\$ 46,69	R\$ 280,14
2.28	Correia A-66, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-66	pç	20	R\$ 61,80	R\$ 1.236,00
2.29	Correia A-71, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-71	pç	5	R\$ 45,83	R\$ 229,15
2.30	Correia A-79, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-79	pç	20	R\$ 63,92	R\$ 1.278,40

2.31	Correia A-80, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-80	pç	4	R\$ 51,33	R\$ 205,32
2.32	Correia A-82, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-82	pç	4	R\$ 46,73	R\$ 186,92
2.33	Correia A-84, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-84	pç	5	R\$ 65,12	R\$ 325,60
2.34	Correia A-89, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	A-89	pç	5	R\$ 62,71	R\$ 313,55
2.35	Correia B-29, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-29	pç	5	R\$ 25,76	R\$ 128,80
2.36	Correia B-42, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-42	pç	4	R\$ 54,88	R\$ 219,52
2.37	Correia B-46, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-46	pç	4	R\$ 56,74	R\$ 226,96
2.38	Correia B-48, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-48	pç	4	R\$ 44,84	R\$ 179,36
2.39	Correia B-59, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-59	pç	22	R\$ 45,41	R\$ 999,02
2.40	Correia B-72, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-72	pç	4	R\$ 56,71	R\$ 226,84
2.41	Correia B-75, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-75	pç	4	R\$ 61,66	R\$ 246,64
2.42	Correia B-78, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-78	pç	20	R\$ 59,53	R\$ 1.190,60
2.43	Correia B-90, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-90	pç	10	R\$ 61,96	R\$ 619,60
2.44	Correia B-119, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	B-119	pç	18	R\$ 65,33	R\$ 1.175,94
2.45	Correia BX-46, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	BX-46	pç	2	R\$ 47,62	R\$ 95,24
2.46	Correia BX-30, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	BX-30	pç	2	R\$ 32,48	R\$ 64,96
2.47	Correia BX-28, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	BX-28	pç	2	R\$ 42,38	R\$ 84,76
2.48	Correia 13AV0975, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV0975	pç	5	R\$ 58,76	R\$ 293,80
2.49	Correia 13AV1020, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1020	pç	4	R\$ 31,25	R\$ 125,00
2.50	Correia 13AV1040, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1040	pç	5	R\$ 49,29	R\$ 246,45
2.51	Correia 13AV1045, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1045	pç	15	R\$ 29,97	R\$ 449,55
2.52	Correia 13AV1070, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1070	pç	20	R\$ 63,35	R\$ 1.267,00
2.53	Correia 13AV1080, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1080	pç	10	R\$ 152,19	R\$ 1.521,90
2.54	Correia 13AV1090, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1090	pç	2	R\$ 58,09	R\$ 116,18
2.55	Correia 13AV1115, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1115	pç	5	R\$ 162,34	R\$ 811,70
2.56	Correia 13AV1175, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1175	pç	20	R\$ 63,55	R\$ 1.271,00
2.57	Correia 13AV1140, Marca Goodyear ou similar (Código SIASG: BR0283033/0007)	13AV1140	pç	2	R\$ 40,62	R\$ 81,24
2.58	Papelão hidráulico grafitado para juntas hidráulicas 3mm	LGT-FLEX	m²	1	R\$ 398,78	R\$ 398,78
2.59	Selo Mecânico tipo 21 1.3/4	Ultra Seal	un.	1	R\$ 39,28	R\$ 39,28
					Subtotal:	R\$ 23.241,99

ITEM III - MATERIAIS MANUTENÇÃO ELÉTRICA

Item	Descrição	Modelo	Unidade	Quant anual	Custo unitário	Total anual
3.1	Cabo Ø 1,5Ø mm² - preto - 75Ø V - que obrigatoriamente obedecem as características a seguir: cobre - tempera mole - encordoamento classe Ø2 - dupla camada PVC ST1 - termoplástico sem chumbo - antiflama - auto-extinguível - Ø condutor: 1,5 - esp. da isolamento: Ø,7Ø - Ø externo: 2,9Ø - Normas: NBR 541Ø, NBR 6148, NBR 6812 cat. B, NBR 688Ø, NBR 3245 - flexível - Temp máx.: serviço 7Ø °C, sobrecarga: 1ØØ °C, curto circuito: 16Ø °C - Acondicionamento cx. papelão - Rolo de 100 m - Modelo Pirastic Ecoplus BWF Antiflam - Prysmian ou similar		rolo de 100mts	2	R\$ 123,95	R\$ 247,90
3.2	Cabo Ø 2,5Ø mm² - preto - 75Ø V - que obrigatoriamente obedecem as características a seguir: cobre - tempera mole - encordoamento classe Ø2 - dupla camada PVC ST1 - termoplástico sem chumbo - antiflama - auto-extinguível - Ø condutor: 1,9 - esp. da isolamento: Ø,8Ø - Ø externo: 3,5Ø - Normas: NBR 541Ø, NBR 6148, NBR 6812 cat. B, NBR 688Ø, NBR 3245 - flexível - Temp máx.: serviço 7Ø °C, sobrecarga: 1ØØ °C, curto circuito: 16Ø °C - Acondicionamento cx. papelão - Rolo de 100 m - Modelo Superastic Flex BWF Antiflam - Prysmian ou similar		rolo de 100mts	2	R\$ 195,31	R\$ 390,62
3.3	Cabo Ø 4,ØØ mm² - preto - 75Ø V - que obrigatoriamente obedecem as características a seguir: cobre - tempera mole - encordoamento classe Ø2 - dupla camada PVC ST1 - termoplástico sem chumbo - antiflama - auto-extinguível - Ø condutor: 2,4 - esp. da isolamento: Ø,8Ø - Ø externo: 4,0 - Normas: NBR 541Ø, NBR 6148, NBR 6812 cat. B, NBR 688Ø, NBR 3245 - flexível - Temp máx.: serviço 7Ø °C, sobrecarga: 1ØØ °C, curto circuito: 16Ø °C - Acondicionamento cx. papelão - Rolo de 100 m - Modelo Superastic Flex BWF Antiflam - Prysmian ou similar		rolo de 100mts	2	R\$ 373,53	R\$ 747,06

3.4	Cabo Ø 6,0Ø mm² - preto - 75Ø V - que obrigatoriamente obedecem as características a seguir: cobre - tempera mole - encordoamento classe Ø2 - dupla camada PVC ST1 - termoplástico sem chumbo - antífama - auto-extinguível - Ø condutor: 3,Ø - esp. da isolação: Ø,8Ø - Ø externo: 4,6 - Normas: NBR 541Ø, NBR 6148, NBR 6812 cat. B, NBR 688Ø, NBR 3245 - flexível - Temp máx.: serviço 7Ø °C, sobrecarga: 1ØØ °C, curto circuito: 16Ø °C - Acondicionamento cx. papelão - Rolo de 100 m - Modelo Suprastic Flex BWF Antiflam - Prysmian ou similar		rolo de 100mts	1	R\$ 561,66	R\$ 561,66
3.5	Cabo Ø 10,0Ø mm² - preto - 75Ø V - que obrigatoriamente obedecem as características a seguir: cobre - tempera mole - encordoamento classe Ø2 - dupla camada PVC ST1 - termoplástico sem chumbo - antífama - auto-extinguível - Ø condutor: 3,9 - esp. da isolação: 1,ØØ - Ø externo: 5,9 - Normas: NBR 541Ø, NBR 6148, NBR 6812 cat. B, NBR 688Ø, NBR 3245 - flexível - Temp máx.: serviço 7Ø °C, sobrecarga: 1ØØ °C, curto circuito: 16Ø °C - Acondicionamento cx. papelão - Rolo de 100 m - Modelo Suprastic Flex BWF Antiflam - Prysmian ou similar		rolo de 100mts	0,5	R\$ 1.037,01	R\$ 518,51
3.6	Disjuntor bipolar 10 A- termomagnético fixo - caixa moldada - curva C- NBR NM60898 e IEC60947-2 / 415V /capacidade de interrupção 5KA à 220/230V / ref. Schneider Multi9 K32a2C10	Multi 9 - K32A - C10	pç	1	R\$ 54,51	R\$ 54,51
3.7	Disjuntor unipolar 4 A - termomagnético fixo - caixa moldada - curva C- NBR NM60898 e IEC60947-2 / 250/440V / capacidade de interrupção 5KA à 220/127VCA / vida útil com carga ≥ 20000 atuações / ref. Siemens 5SX1 104-7	5SX1 104-7	pç	1	R\$ 52,72	R\$ 52,72
3.8	Disjuntor tripolar 25 A - termomagnético fixo - caixa moldada - curva C- NBR NM60898 e IEC60947-2 / 250/440V / capacidade de interrupção 5KA à 220/127VCA / vida útil com carga ≥ 20000 atuações / ref. Siemens 5SX1 325-7		PÇ	1	R\$ 87,68	R\$ 87,68
3.9	Disjuntor tripolar 20 A-termomagnético fixo - caixa moldada - curva C- NBR NM60898 e IEC60947-2 / 415V / capacidade de interrupção 5KA à 220/230VCA / ref. Schneider Multi9 K32a3C20	Multi9 K32a3C20	pç	10	R\$ 85,43	R\$ 854,30
3.10	Disjuntor tripolar 1ØØ A - 22 KA / 480 Vca - termomagnético fixo - caixa moldada - NBR 5361 / UL 489 / ABNT / NEMA AB1 / IEC / ABS - dimensões:124 x 76,5 x 9Ø mm - Modelo CQD 3100 - GE ou similar	CQD 3100	pç	1	R\$ 248,98	R\$ 248,98
3.11	Disjuntores 3RV1031-4DA10	3RV1031-4DA10	pç	1	R\$ 972,68	R\$ 972,68
3.12	Disjuntores 3RV1041-4JA10	3RV1041-4JA10	pç	1	R\$ 1.481,92	R\$ 1.481,92
3.13	Disjuntores 3RV1041-4KA10	3RV1041-4KA10	pç	1	R\$ 1.523,52	R\$ 1.523,52
3.14	Fusíveis de comando de vidro 10A	-	pç	10	R\$ 7,94	R\$ 79,40
3.15	Fusível Diazed- 06A	Siemens	pç	10	R\$ 11,94	R\$ 119,40
3.16	Fusível Diazed- 10A	Siemens	pç	10	R\$ 11,26	R\$ 112,60
3.17	Fusível Diazed- 25A	Siemens	pç	4	R\$ 11,36	R\$ 45,44
3.18	Contatora tripolar- LC1-D38-220V	LC1-D38-220V	pç	1	R\$ 215,08	R\$ 215,08
3.19	Contatora tripolar- LC1-D25-220V	LC1-D25-220V	pç	1	R\$ 103,25	R\$ 103,25
3.20	Contatora tripolar- LC1-D18-220V	LC1-D18-220V	pç	1	R\$ 246,42	R\$ 246,42
3.21	Contatora tripolar- LC1-K12-220V	LC1-K12-220V	pç	1	R\$ 195,24	R\$ 195,24
3.22	Contatora tripolar- LC1-D093-220V	LC1-D093-220V	pç	1	R\$ 183,95	R\$ 183,95
3.23	Contatora tripolar- LC1-D50 -220V	LC1-D50-220V	pç	1	R\$ 1.086,88	R\$ 1.086,88
3.24	Contatora tripolar- LC1-K0610 M7-220V	LC1-K0610 M7-220V	pç	1	R\$ 108,07	R\$ 108,07
3.25	Contatora tripolar- LC1- D12-220V	LC1- D12-220V	pç	1	R\$ 234,71	R\$ 234,71
3.26	Contatora tripolar-WEG-CW 57- 220V	WEG-CW 57- 220V	pç	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.27	Contatora tripolar-WEG- CW 1731F - 220V	WEG- CW 1731F - 220V	pç	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.28	Contatora tripolar-WEG- CW - 27 - 220V	WEG- CW - 27 - 220V	pç	1	R\$ 465,61	R\$ 465,61
3.29	Contatora tripolar-LC1-D090-220V	LC1-D090-220V	pç	1	R\$ 229,65	R\$ 229,65
3.30	Contatora tripolar- LC1-D403-Telemecanique-220V	LC1-D403-220V	pç	1	R\$ 626,13	R\$ 626,13
3.31	Contatores 3RT1026	Siemens	pç	1	R\$ 238,15	R\$ 238,15
3.32	Contatores 3RT1034	Siemens	pç	1	R\$ 466,32	R\$ 466,32
3.33	Contatores 3RT1035	Siemens	pç	1	R\$ 613,60	R\$ 613,60
3.34	Contatores LCID 150	Telemecanique	pç	1	R\$ 2.380,32	R\$ 2.380,32
3.35	Rele temporizado COEL de 6 a 60 minutos	Siemens, Telemecanique	pç	1	R\$ 142,83	R\$ 142,83
3.36	Rele temporizado WEG RTWET de 3 a 30 segundos	Siemens, Telemecanique	pç	1	R\$ 379,39	R\$ 379,39
3.37	Rele térmico LR1D09310	Siemens, Telemecanique	pç	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.38	Rele térmico LR1D09	Siemens, Telemecanique	pç	1	R\$ 191,76	R\$ 191,76
3.39	Rele térmico WEG RW3170 de 140 a 215 A	Siemens, Telemecanique	pç	1	R\$ 576,01	R\$ 576,01
3.40	Seletor 3SB3400-0B	Siemens, Telemecanique	pç	1	R\$ 25,65	R\$ 25,65
3.41	Terminais forquilha para cabo 1,5 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 0,44	R\$ 6,60
3.42	Terminais forquilha para cabo 2,5 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 0,49	R\$ 7,35
3.43	Terminais forquilha para cabo 4,0 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 0,82	R\$ 12,30
3.44	Terminais forquilha para cabo 6,0 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 0,82	R\$ 12,30
3.45	Terminais olhal para cabo 10,0 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 1,41	R\$ 21,15
3.46	Terminais olhal para cabo 2,5 mm2	Intelli	pç	15	R\$ 0,48	R\$ 7,20

3.47	Terminais olhal para cabo 4,0 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 0,83	R\$ 12,45
3.48	Terminais pino para cabo 1,5 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 0,42	R\$ 6,30
3.49	Terminais pino para cabo 10,0 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 1,64	R\$ 24,60
3.50	Terminais pino para cabo 2,5 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 0,43	R\$ 6,45
3.51	Terminais pino para cabo 4,0 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 1,47	R\$ 22,05
3.52	Terminais pino para cabo 6,0 mm²	Intelli	pç	15	R\$ 1,47	R\$ 22,05
3.53	Termostato proporcional aplicado aos fan coils do CCJF	Honeyweel	pç	3	R\$ 575,86	R\$ 1.727,58
3.54	Atuador eletrônico aplicado aos termostatos dos fancoils do CCJF	Honeyweel	pç	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Subtotal: R\$ 18.696,30

ITEM IV - MATERIAIS DIVERSOS

Item	Descrição	Modelo	Unidade	Quant anual	Custo unitário	Total anual
4.1	Limpa contato para eletro/eletrônico	LC150 N°3	pç	5	R\$ 24,34	R\$ 121,70
4.2	Pastilha química para tratamento da água de condensação das bandejas dos condicionadores		pç	1200	R\$ 23,48	R\$ 28.176,00
4.3	Tinta antiferrugem cromato de zinco galão		pç	20	R\$ 141,39	R\$ 2.827,80
4.4	Fundo convertedor de ferrugem PCF		lts	15	R\$ 54,67	R\$ 820,05
4.5	Óleo desingripante "spray" WD		pç	8	R\$ 39,82	R\$ 318,56
4.6	Detergente natural Blue (5L)		litros	40	R\$ 245,34	R\$ 9.813,60
4.7	Produto químico para limpeza das serpentinas (Quimistar 201)- limpeza pesada	Quimistar 201	Kg	850	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.8	Produto químico para limpeza das serpentinas (Aqualab 1125)- limpeza leve	Aqualab 1125	Kg	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.9	Tubo Cobre Flexível Ø 1/4" - ref. SINAPI 39662		m	150	14,81	R\$ 2.221,50
4.10	Tubo de cobre flexível, Ø 1/2" - ref. SINAPI 39660		m	22	R\$ 31,70	R\$ 697,40
4.11	Tubo de cobre flexível, Ø 3/8" - ref. SINAPI 39664		m	5	38,05	R\$ 190,25
4.12	Tubo de cobre flexível, Ø 7/16"		m	10	24,38	R\$ 243,80
4.13	Tubo de cobre flexível, Ø 5/8" - ref. SINAPI 39665		m	12	R\$ 35,73	R\$ 428,76
4.14	Fita gomada aluminizada 50 mm x 30m		rolo	10	R\$ 47,46	R\$ 474,60
4.15	Gás refrigerante R-22		kg	50	R\$ 68,12	R\$ 3.406,00
4.16	Gás refrigerante R-141B		kg	30	R\$ 185,98	R\$ 5.579,40
4.17	Gás refrigerante R-134a		kg	100	R\$ 64,39	R\$ 6.439,00
4.18	Gás refrigerante R-410		kg	50	R\$ 101,33	R\$ 5.066,50
4.19	Gás acetileno		Kg	6	R\$ 171,19	R\$ 1.027,14
4.20	Gás oxigênio		m³	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.21	Gás Nitrogênio		m³	120	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.22	Solda Foscooper Redonda Unidade 2,5 x 500mm Vareta 20g Harris Brastak		pç	50	R\$ 6,17	R\$ 308,50
4.23	Solda branca (eletrônica)- estanho 60x40 carretel		pç	3	R\$ 204,22	R\$ 612,66
4.24	Eletrodo para solda elétrica E6013 3,25 mm		kg	1	R\$ 74,48	R\$ 74,48
4.25	Eletrodo para solda elétrica E6013 2,5 mm		kg	2	R\$ 43,67	R\$ 87,34
4.26	Papelão hidráulico grafitado para juntas hidráulicas 1/16"		m²	10	R\$ 319,60	R\$ 3.196,00
4.27	Fluxo para solda(Trincal) 250g		Un.	5	47,75	R\$ 238,75
4.28	Fluxo para Solda Prata 250g Harris Brastak		Un.	5	45,7	R\$ 228,50
4.29	Solda Prata 15% Unidade 1,50mm x 500mm x 2,5mm 8g Harris Brastak		pç	20	R\$ 14,18	R\$ 283,60
4.30	Valvula Schrader 1/4"		pç	4	R\$ 8,15	R\$ 32,60
4.31	PORCA FLANGE 1/2"		pç	2	R\$ 8,13	R\$ 16,26
4.32	PORCA FLANGE 1/4"		pç	2	R\$ 5,56	R\$ 11,12
4.33	PORCA FLANGE 1"		pç	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.34	PORCA FLANGE 5/8"		pç	2	R\$ 11,06	R\$ 22,12
4.35	Alumínio Liso espessura 0,8 mm		kg	20	R\$ 122,36	R\$ 2.447,20
4.36	Poliuretano liquido bicomponente A+B		kg	80	R\$ 59,35	R\$ 4.748,00
4.37	Fita Isolante 3M Preta 18mm x 20m x ,013mm		Un.	10	9,58	R\$ 95,80
4.38	Fita Aluminizada Refrigeração Ar Condicionado 45mm x 40mm		rolo	20	14,42	R\$ 288,40
4.39	Chapa Galvanizada #24		kg	50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.40	Óleo Desengripante WD-40 300ml		Un.	6	34,51	R\$ 207,06
4.41	Cola Epóxi Araldite Profissional 23g		Un.	6	31,92	R\$ 191,52
4.42	Durepoxi 250 gramas		Un.	6	24,76	R\$ 148,56
4.43	Cola Liquida Epoxi Durepoxi 16g - Loctite		Un.	6	R\$12,94	R\$ 77,64
4.44	Cola Super Bonder 5g Loctite		Un.	5	11,03	R\$ 55,15
4.45	Detergente ácido (Zenith) 1lt		Un.	20	26,88	R\$ 537,60
4.46	Abraçadeira aço galvanizado ajustável 3/4"		Un.	5	3,04	R\$ 15,20
4.47	Blocos de contato LAI D22-L41D20 (chiller CCJF)		Un.	2	83,72	R\$ 167,44
4.48	Bóia 1 1/2"		Un.	2	237,64	R\$ 475,28
4.49	Botoeiras liga/desliga ZB2-BE101 (chiller CCJF)		Un.	5	34,27	R\$ 171,35
4.50	Botoeiras liga/desliga ZB2-BE102 (chiller CCJF)		Un.	5	34,27	R\$ 171,35
4.51	Chave de Fluxo AT2011-FN série 37 BXP 220V (chiller CCJF)		Un.	1	89,55	R\$ 89,55
4.52	Manômetro de Alta Escala 0 a 30 Kg/cm²		Un.	1	59,55	R\$ 59,55
4.53	Manômetro de Baixa Escala 0 a 15 kg/cm²		Un.	1	49,28	R\$ 49,28
4.54	Sinaleira ZBV-M3 (chiller CCJF)		Un.	5	86,61	R\$ 433,05
4.55	Sinaleira ZBV-M4 (chiller CCJF)		Un.	5	86,61	R\$ 433,05
					Subtotal:	R\$ 83.826,02

ITEM V - MATERIAIS PARA BOMBAS KSB MEGANORM						
Item	Descrição	Modelo	Unidade	Quant anual	Custo unitário	Total anual
5.1	Luva de acoplamento de grade steelflex, Diâmetro menor= Ø 15/8", Diâmetro maior= Ø 13/4", rasgo de chaveta: largura= 1/2", altura= 1/4", modelo FALK 7F ou similar, que se adeque perfeitamente ao sistema		pç	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.2	Acoplamento E97 tipo garra com elemento elástico		pç	1	R\$ 238,50	R\$ 238,50
5.3	Acoplamento E 128 tipo garra com elemento elástico		pç	1	R\$ 469,50	R\$ 469,50
5.4	Acoplamento E148 tipo garra com elemento elástico		pç	1	R\$ 199,50	R\$ 199,50
					Subtotal:	R\$ 907,50
ITEM VI - FILTROS DE AR PARA OS CONDICIONADORES						
Item	Descrição	Dimensões	Um	Quant. anual	Custo unitário	Custo Total
6.1	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	410x685x045	pç	704	R\$ 17,87	R\$ 12.580,48
6.2	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	475x586x045	pç	504	R\$ 17,74	R\$ 8.940,96
6.3	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	600x500x025	pç	24	R\$ 15,96	R\$ 383,04
6.4	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	490x600x045	pç	4	R\$ 18,67	R\$ 74,68
6.5	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	360x560x040	pç	12	R\$ 14,16	R\$ 169,92
6.6	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	453x410x050	pç	80	R\$ 13,49	R\$ 1.079,20
6.7	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	623x674x025	pç	16	R\$ 22,38	R\$ 358,08
6.8	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	500x500x010	pç	40	R\$ 14,64	R\$ 585,60
6.9	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	600x600x014	pç	16	R\$ 20,00	R\$ 320,00
6.10	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	470x480x025	pç	16	R\$ 12,35	R\$ 197,60
6.11	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	510x410x045	pç	504	R\$ 14,33	R\$ 7.222,32
6.12	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	427x655x040	pç	240	R\$ 18,16	R\$ 4.358,40
6.13	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	510x655x040	pç	240	R\$ 21,91	R\$ 5.258,40
6.14	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	730x640x025	pç	12	R\$ 30,55	R\$ 366,60
6.15	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	755x641x030	pç	12	R\$ 31,12	R\$ 373,44
6.16	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	470x600x025	pç	12	R\$ 20,06	R\$ 240,72
6.17	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G1	490x495x049	pç	671	R\$ 20,83	R\$ 13.976,93
6.18	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G1	385x385x047	pç	48	R\$ 9,38	R\$ 450,24
6.19	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	420x450x50	pç	150	R\$ 13,21	R\$ 1.981,50
6.20	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	540x540x50	pç	160	R\$ 23,26	R\$ 3.721,60
6.21	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	650x350x50	pç	12	R\$ 16,96	R\$ 203,52
6.22	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	660x350x50	pç	8	R\$ 17,07	R\$ 136,56
6.23	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	670x580x50	pç	8	R\$ 31,06	R\$ 248,48
6.24	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	680x580x50	pç	16	R\$ 31,26	R\$ 500,16
6.25	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3	710x450x50	pç	50	R\$ 21,18	R\$ 1.059,00
6.26	Filtro de ar em manta de fibra sintética classe G3 - VISCONDE DE INHAÚMA		mt	30	R\$ -	R\$ 0,00
					Subtotal:	R\$ 64.787,43
VALOR TOTAL						R\$198.137,34

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2020/0295

ANEXO II F - PLANILHA DE SERVIÇOS		
PREÇO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DE DUTOS / METRO LINEAR, conforme cláusula 4.23 do Anexo I		
1	Limpeza do interior de dutos de ar condicionado do complexo predial da TRF2 da Rua Acre, 80. Centro, Rio de Janeiro.	Valor médio por item
1.1	térreo 200 m lineares	R\$ 1.984,00
1.2	2º andar 150 m lineares	R\$ 1.488,00
1.3	3º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.4	4º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.5	5º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.6	6º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.7	7º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.8	8º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.9	9º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.10	10º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.11	11º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.12	12º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.13	13º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.14	14º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.15	15º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.16	16º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.17	17º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.18	18º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.19	19º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.20	20º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.21	21º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
1.22	22º andar 365 m lineares	R\$ 3.620,87
TOTAL	7650 METROS DE DUTO	R\$ 75.889,40
2	Limpeza do interior de dutos de ar condicionado do complexo predial da TRF2 da Rua Visconde de Inhaúma 68. Centro, Rio de Janeiro.	Valor médio por item
2.1	térreo 95 m lineares	R\$ 942,40
2.2	2º andar 95 m lineares	R\$ 942,40
2.3	3º andar 95 m lineares	R\$ 942,40
TOTAL	285 METROS DE DUTO	R\$ 2.827,20
3	Limpeza do interior de dutos de ar condicionado do CCJF - Av. Rio Branco n. 241. Centro, Rio de Janeiro.	Valor médio por item
3.1	subsolo 145 m lineares	R\$ 1.438,40
3.2	térreo 210 m lineares	R\$ 2.083,20
3.3	1º andar 230 m lineares	R\$ 2.281,60
3.4	2º andar 190 m lineares	1.884,80
3.5	3º andar 117 m lineares	1.160,64
3.6	Cobertura 104 m lineares	1.031,68
TOTAL	996 METROS DE DUTO	R\$ 9.880,32
TOTAL	8931 METROS DE DUTO	R\$ 88.596,92

PREÇO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS CHILLERS , conforme cláusula 4.23.2 do Anexo I		
SERVIÇO		Preço por hora de serviço
2	Manutenção corretiva nos chillers	5.611,51
Limite estimado de horas anuais (item 4.23.1 do Termo de Referência)		50,00
Limite estimado de horas mensais		4,17
VALOR TOTAL MENSAL		23.400,00
VALOR TOTAL ANUAL		280.799,96

PREÇO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA , conforme cláusula 3.4.1 do Anexo I			
SERVIÇO		Custo Médio (mensal)	Custo Anual
3	Serviço de tratamento de água de condensação (torre anexo II, prédio sede, CCJF) e água gelada (TRF e CCJF - primários e secundários)	7.892,50	94.710,00

PREÇO DOS SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO DO SERVIÇO DE REFRIGERAÇÃO, conforme cláusula 4.29 do Anexo I		
SERVIÇO		Preço por hora de serviço
4	Serviços de ajustes, alterações de arquitetura do sistema, alteração de programação lógica no sistema/gerenciador de rede e backup do sistema	325,00

VALOR TOTAL SERVIÇOS		464.106,88
----------------------	--	------------

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2020/0295

ANEXO II G - PLANILHA DE PREÇOS DE UNIFORMES					
Uniforme - mecânico de refrigeração, ajudante mecânico e pintor (2cj. Unif por ano)					
Item	Descrição	Modelo	Qtd	Valor unitário médio	Total
1	Jaleco de Brim		22	R\$ 48,45	R\$ 1.065,90
2	Calça de brim		22	R\$ 54,69	R\$ 1.203,18
			Custo Total Anual		R\$ 2.269,08
			Custo Total Mensal		R\$ 189,09
			Custo Mensal por profissional		R\$ 12,28

Uniforme - engenheiro mecanico, tecnico de refrigeração e técnico em eletrotécnica (2 cj unif por ano)

Item	Descrição	Modelo	Qtd	Valor unitário médio	Total
1	Calça jeans		6	R\$ 66,50	R\$ 399,00
2	Camisa social		6	R\$ 45,54	R\$ 273,24
			Custo Total Anual		R\$ 672,24
			Custo Total Mensal		R\$ 56,02
			Custo Mensal por profissional		R\$ 18,67

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS
ANEXO II H - PLANILHA TOTALIZADORA
A - MÃO DE OBRA

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)		
			UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
1	Engenheiro Mecânico	1	26.847,16	26.847,16	R\$ 322.165,92
2	Técnico em refrigeração	1	7.547,20	7.547,20	R\$ 90.566,40
3	Mecânico de refrigeração diarista	2	5.887,61	11.775,22	R\$ 141.302,64
4	Mecânico de refrigeração - plantonista diurno	4	5.623,99	22.495,96	R\$ 269.951,52
5	Ajudante de mecânico - plantonista diurno	4	4.054,58	16.218,32	R\$ 194.619,84
6	Técnico em Eletrotécnica	1	9.610,83	9.610,83	R\$ 115.329,96
7	Pintor	1	5.825,52	5.825,52	R\$ 69.906,24
	TOTAL	14			
	VALOR TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA —>			100.320,21	
	PRAZO DE VIGÊNCIA (12 MESES) —>			Multiplicar por 12	
	ANEXO II A - VALOR TOTAL ANUAL - MÃO DE OBRA —>			1.203.842,52	1.203.842,52

MATERIAIS DE REPOSIÇÃO E SERVIÇOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL ANUAL
	F - SERVIÇOS	
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE DUTOS, MANUTENÇÃO DE CHILLERS E DE	464.106,88
	E - MATERIAIS	
2	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO - ANEXO II E	198.137,34
	VALOR TOTAL ANUAL - MATERIAIS E SERVIÇOS	662.244,22
	ANEXO II H - VALOR GLOBAL ANUAL -	1.866.086,74

3 – CONDIÇÕES GERAIS:

3.1 - Os valores referentes às horas extras não integram a planilha totalizadora do preço da mão de obra.

3.2 – A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a **memória de cálculo** das horas-extras.

3.3 - Remuneração - Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023, do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, exclusivamente quanto ao engenheiro mecânico, e na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024, do Sindicato dos Oficiais, Eletricistas e Trabalhadores nas Indústrias de Instalação e Manutenção Elétrica, Gás, Hidráulica, Sanitária, Mecânica e de Telefonia do Estado do Rio de Janeiro – SINDISTAL, para as demais categorias.

3.4 - Utilizar a base de cálculo indicada pela IN 05/2017 MPDG, para os percentuais utilizados para Despesas Administrativas e Lucro:

3.4.1 - Percentual do Lucro = Lucro/ (Pessoal+Encargos+Insumos+Despesas Administrativas e Operacionais);

3.4.2 - Percentual de Despesas Administrativas e Operacionais = Despesas Adm e Operacionais / (Pessoal+Encargos+Insumos);

3.5 – Visando à conferência da planilha pelo setor de Contabilidade de TRF2, anexar:

3.5.1 - Cópia da GFIP, onde conste o código do FPAS e o percentual do SAT/RAT;

3.5.2 - Cópia do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho atualizados;

3.5.3 - Memória de Cálculo do Vale Transporte;

3.5.4 - Memória de Cálculo do Auxílio Alimentação.

3.6 - No preenchimento das planilhas as empresas **optantes pelo SIMPLES** não poderão beneficiar-se da condição de optante, devendo preencher as planilhas sem considerar o tratamento tributário diferenciado.

ANEXO III

DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101-2023

Proc. nº TRF2-EOF-2020/295

DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 156/12/ CNJ e Resolução nº 9 de 06/12/2005, diploma alterador da Resolução nº 7 de 18/10/2005)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2020/295

_____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2020/295

DECLARA, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

A N E X O - VI

MODELO DE DOCUMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023

TRF2- EOF-2020/0295



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/____ – **TRIBUNAL/CONSELHO**

____ de ____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este **TRIBUNAL/CONSELHO**:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPJ do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do
Ordenador de Despesas do Tribunal/Conselho
ou do servidor previamente designado pelo ordenador





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº _____/_____

BANCO (LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,

Em atenção ao ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____ deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada para Depósitos Vinculados a Obrigações, destinada a receber créditos ao amparo da Resolução nº 169 do Conselho Nacional de Justiça de 31.01.2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24.10.2013, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratificamos que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com o Banco, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação do **TRIBUNAL/CONSELHO**.

Gerente

Ao Senhor
Nome e cargo do representante do **TRIBUNAL/CONSELHO**
Endereço





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada à empresa _____, CNPJ _____ na Agência _____ do Banco _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da Instrução Normativa nº 03 SLTI/MPOG, de 15.10.09 (ou Resolução nº 169 do Conselho Nacional de Justiça de 31.01.2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24.10.2013):

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Evento de Garantia: _____

Agência : _____

Conveniente Subordinante : Tribunal ou Conselho

Cidade/Município : _____

Comunicamos que essa Corte poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal do BANCO, sítio _____.

Ratificamos que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação do **TRIBUNAL/CONSELHO**.

Atenciosamente,

Gerente

S





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ do BANCO _____

(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o **TRIBUNAL/CONSELHO** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação –, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com o **TRIBUNAL/CONSELHO**, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20__ - ____

____, ____ de ____ de 20__

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pelo Tribunal/Conselho)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio-Proprietário,

Informo que solicitamos a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, pertencente ao CNPJ sob nº - _____, na Agência nº _____ do BANCO _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e este **TRIBUNAL/CONSELHO**.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito deste **TRIBUNAL/CONSELHO** aos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do

Ordenador de Despesas do Tribunal/Conselho ou do servidor previamente designado pelo ordenador



ANEXO VII
TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023
Proc. nº TRF2- EOF-2020/295

Categoria: Regularização dos Contratos Data: 05 de junho de 2003

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra

O Juiz da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF homologou há pouco acordo entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, por meio do qual a União se compromete a não mais contratar cooperativas de mão-de-obra para trabalho subordinado, seja na atividade fim ou atividade meio. Independe se a relação de subordinação for em relação ao tomador ou ao fornecedor dos serviços.

Assinaram o acordo, como testemunhas, os presidentes da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE).

A conciliação foi celebrada nos autos de ação civil pública movida pelo MPT contra a União por contratação de empregados por meio de cooperativas fraudulentas. Em caso de descumprimento do acordo, a União obriga-se ao pagamento de multa correspondente a R\$ 1 mil por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no termo de conciliação, sendo a mesma revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Pelo acordo, a União também deverá recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, casos em que se enquadram, por exemplo, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. A decisão é válida em todo o território nacional.

Outras definições do acordo

Cooperativa de mão de obra: Considera-se cooperativa de mão de obra aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados a terceiros de forma individual e não coletiva pelos seus associados.

Serviços que não poderão ser contratados via cooperativa de mão de obra: limpeza; conservação; segurança, vigilância e de portaria; recepção; copeiragem; reprografia; telefonia; manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; secretariado e secretariado executivo; auxiliar de escritório; auxiliar administrativo; office boy

(contínuo); digitação; assessoria de imprensa e de relações públicas; motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante; ascensorista; enfermagem, e agentes comunitários de saúde.

As atividades elencadas só poderão ser terceirizadas se houver previsão legal para tanto e as partes podem, a qualquer momento, ampliar a lista de serviços cuja contratação por meio de cooperativa de mão-de-obra é proibida.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-

se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) - Serviços de limpeza;
- b) - Serviços de conservação;
- c) - Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) - Serviços de recepção;
- e) - Serviços de copeiragem;
- f) - Serviços de reprografia;
- g) - Serviços de telefonia;
- h) - Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) - Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) - Serviços de auxiliar de escritório;
- k) - Serviços de auxiliar administrativo;

- l) - Serviços de office boy (contínuo);
- m) - Serviços de digitação;
- n) - Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) - Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) - Serviços de ascensorista;
- q) - Serviços de enfermagem; e
- r) - Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro - O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo - As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo - Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta - A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta - A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO

Procurador-Geral do Trabalho

GUIOMAR RECHIA GOMES

Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região

FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

Sub-Procuradora-Regional da União-1ª Região

MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente Assoc. Nac. dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

- - - X X X - - -

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023

Proc. nº TRF2- EOF-2020/295

Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública.

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Órgão/Empresa	Nº Contrato/ Aditivo	Vigência		Valor Total Atual do Início Término Contrato
		Início	Término	
Valor Total dos Contratos (Atualizados)				

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta informada na DRE.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 = X %

Valor da receita bruta

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o licitante deverá apresentar as devidas justificativas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/000__

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO CENTRAL (EXPANSÃO DIRETA E INDIRETA) E INDIVIDUAIS E NOS SISTEMAS DE VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO MECÂNICAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, NAS EDIFICAÇÕES DESTES TRIBUNAL E DO CCJF, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº. TRF2-EOF-2020/00295

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Vice-Presidente no exercício da Presidência, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2020/00295, e em consequência do Pregão Eletrônico nº 101/2023, fundamentado na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 10.024/19, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, na LDO vigente, nas Resoluções nº 169/2013, nº 183/2013 e nº 248/2018 do CNJ, na Instrução Normativa nº 001/2016 do CJF, homologado em ____/____/2023 conforme despacho nº TRF2-DES-2023/_____, FIRMAM o presente Contrato com o objetivo de executar *serviços especializados em operação, manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado central (expansão direta e indireta) e individuais e nos sistemas de ventilação e exaustão mecânicas, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, nas edificações do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situadas à Rua Acre, nº 80 e à Rua Visconde de Inhaúma, nº 68 e do CCJF, situada à Avenida Rio Branco, nº 241*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, e da Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017, deste Tribunal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em operação, manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas de condicionamento de ar (expansão direta e indireta) e sistemas de ar condicionado central (expansão direta e indireta) e individuais e nos sistemas de ventilação e exaustão mecânicas, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, nas edificações deste E. Tribunal, situadas à Rua Acre, nº 80 e à Rua Visconde de Inhaúma, nº 68 e do CCJF, situada à Avenida Rio Branco, nº 241, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 101/2023 e seus Anexos I a VIII, e na forma estabelecida no presente Contrato e de seu Anexo I.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO EFETIVO MÍNIMO:

2.1 - Os serviços discriminados na Cláusula Primeira deste Contrato serão realizados pelos profissionais, discriminados na tabela a seguir, que permanecerão alocados na sede do Contratante.

Item	Categoria	Quantitativo
01	Engenheiro Mecânico	01
02	Técnico em Refrigeração	01
03	Mecânico de Refrigeração Diarista	02
04	Mecânico de Refrigeração - Plantonista Diurno	04
05	Ajudante de Mecânico – Plantonista Diurno	04
06	Técnico em Eletrotécnica	01
07	Pintor	01

* Dois mecânicos de refrigeração plantonistas diurno serão residentes no prédio do CCJF.

* Dois ajudantes de mecânico plantonista diurno serão residentes no prédio do CCJF.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DOS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM OS SISTEMAS:

3.1 - SISTEMAS DE AR CONDICIONADO:

ITEM I – PRÉDIO SEDE DO TRF2		
DESCRIÇÃO		QUANT.
1	Self Contained, condensação à água	43
2	Bombas centrífugas para Água de Condensação.	04
3	Torres de Resfriamento.	04
4	Ventiladores/Exaustores.	07
5	Purificador de ar	15

ITEM II – PRÉDIO DO PLENÁRIO, ANEXO I e ANEXO II – TRF2		
DESCRIÇÃO		QUANT.
1	Resfriador de líquido CARRIER modelo 30XW325	04
2	Unidades intercambiadoras de calor, tipo <i>fan coil</i> .	77
3	Unidades intercambiadoras de calor, tipo hidrônico	15
4	Bombas centrífugas de água gelada e condensação com inversores de frequência. (ativo+reserva)	06+02
5	Torres de Resfriamento	06
6	<i>Self contained</i> com condensação à ar	03
7	Ventiladores/Exaustores	21
8	Condicionadores de expansão direta tipo <i>split</i>	11
9	Compressores de ar comprimido	02
10	Lavador de gases	01
11	Coifa	01
12	Caixa ventiladora	02
13	Ar condicionado portátil	13

ITEM III – PRÉDIO DA RUA VISCONDE DE INHAÚMA		
DESCRIÇÃO		QUANT.
1	Condicionador de ar expansão direta (splitão -20TR cada)	03
2	Ventiladores/Exaustores.	04
3	Purificador	03

ITEM IV – PRÉDIO DO CCJF		
DESCRIÇÃO		QUANT.
1	Resfriador de líquido HITACHI – 240 TR	01
2	Unidades intercambiadoras de calor, tipo <i>fan coil</i> .	37
3	Bombas centrífugas de água gelada e condensação	04
4	Quadros elétricos	05
5	Torres de Resfriamento	01
6	Ventiladores/Exaustores	12
7	Desumidificador de ar	01

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

4.1 – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA:

4.1.1 – Os serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva estão descritos detalhadamente no ITEM 03 (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.2 – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO:

4.2.1 – Os serviços de manutenção e operação estão descritos detalhadamente no ITEM 04 (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.3 – DA INFRAESTRUTURA MÍNIMA NA SEDE DO CONTRATANTE:

4.3.1 – A Contratada deverá possuir e instalar nas dependências do Contratante, em local a ser estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura e logística - SIE, infraestrutura mínima para o desenvolvimento de suas atividades, no que diz respeito à sua administração local, dentre outros, relógio de ponto, impressoras, material de escritório, limpeza, arquivo, etc. O Contratante fornecerá um computador com configuração adequada para o acesso de internet com conexão à rede interna, cabendo à Contratada o fornecimento de outro computador, caso entenda necessário às suas atividades.

4.3.2 - A Contratada deverá possuir e manter, nas dependências do Contratante, durante todo o período de vigência do Contrato, em local a ser estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura e logística - SIE, os equipamentos, ferramentas e instrumentos listados nas planilhas constantes no Anexo II (PLANILHAS DE PREÇOS) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, nas marcas e modelos indicadas ou equivalentes tecnicamente, bem como outros recursos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços. Estes serão de propriedade e de responsabilidade da guarda da Contratada.

4.3.2.1 - Será permitida a retirada dos instrumentos e equipamentos pelo tempo necessário à calibração e manutenções externas.

4.3.2.2 - No caso de danos irreversíveis dos equipamentos e ferramentas, estes deverão ser imediatamente substituídos sem custos ao Contratante.

4.3.3 - Não dispondo, por qualquer razão, no momento em que se fizer necessário, de quaisquer dos equipamentos listados ou, eventualmente, algum não relacionado, a Contratada deverá imediatamente proceder à locação, sendo vedado o repasse de custos e taxas para o Contratante.

4.4 – DO PREPOSTO:

4.4.1 - A Contratada deverá manter preposto aceito pela SEMMEC - Seção de Manutenção de instalações Mecânicas do Contratante, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

4.4.1.1 - O preposto não poderá ser a mesma pessoa do responsável técnico (RT) previsto no contrato de manutenção.

4.4.2 - O preposto, uma vez indicado pela Contratada e aceito pelo Contratante, deverá se apresentar à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o Contrato, para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do Contrato, relativos à sua competência.

4.4.3 - O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

4.4.4 - A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

4.4.5 - O preposto deverá manter contato com o(s) fiscal(is) do Contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda, da área de administração de pessoal, da área de fornecimento de material ou da área de manutenção dos equipamentos, objetos deste Contrato.

4.5 – **DAS ATIVIDADES POR CATEGORIA PROFISSIONAL:**

4.5.1 – As atividades por categoria profissional estão descritas detalhadamente no ITEM 08 (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.6 – **DA FORMAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE:**

4.6.1 - A Contratada deverá apresentar, antes do início dos serviços, a seguinte documentação referente à formação técnica de cada profissional:

4.6.1.1 - **Engenheiro Mecânico** – Certificado de conclusão do ensino superior na área de Engenharia Mecânica, devidamente registrado no CREA, com comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na função de Engenheiro Mecânico responsável por manutenção de instalações de ar condicionado central;

4.6.1.2 - **Técnico em eletrotécnica** – Diploma ou certificado de conclusão de curso técnico de nível médio em eletrotécnica ou equivalente, conferido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC; Comprovação de registro profissional no respectivo conselho de classe; Certificado de participação nos cursos básico de segurança em instalações e serviços com eletricidade, com os conteúdos programáticos e carga horária, definidos no Anexo III da NR 10. Curriculum vitae que comprove experiência profissional de, pelo menos, 06 (seis) meses nessa atividade profissional com expertise em parametrização de inversores de frequência, PLC e *automation server*;

4.6.1.3 - **Técnico em refrigeração** - Certificado de conclusão do ensino de 2º grau, Certificado de curso Técnico em refrigeração, comprovação de experiência mínima de 01 (*um*) ano na função de mecânico de *chiller*, comprovada mediante a apresentação da carteira profissional;

4.6.1.4 - **Mecânico de refrigeração** - Certificado de conclusão do ensino de 1º grau, certificado de curso na área de mecânica de refrigeração;

4.6.1.5 - **Pintor** - Certificado de conclusão do ensino de 1º grau e Certificado de curso específico na área;

4.6.1.6 - **Ajudante de mecânico de refrigeração** - Certificado de conclusão do ensino de 1º grau.

4.7 – DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS:

4.7.1 – O fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos está descrito detalhadamente no ITEM 10 (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.8 – DO DESCARTE DE MATERIAIS E RESÍDUOS:

4.8.1 - A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios, adotando as seguintes práticas na execução dos serviços:

4.8.1.1 - Efetivar a separação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção dos sistemas de seu escopo contratual;

4.8.1.2 - Adotar manuais de procedimento de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como óleos lubrificantes, botijões de gás, carcaças metálicas de equipamentos e compressores, correias, filtros de ar descartáveis, motores elétricos, válvulas e registros, separadores de líquido, vasilhames metálicos, filtros secadores, rolamentos, etc, para repasse aos estabelecimentos que comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, fabricantes ou importadoras.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes da seguinte maneira:

5.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações contidas neste Contrato.

5.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.5 - O aceite/aprovação do(s) serviço(s)/produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos mesmos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/90.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 - DA CONTRATADA:

6.1.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

6.1.2 – A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 60 (*sessenta*) dias, contado da assinatura do Contrato e, posteriormente quando solicitado pela fiscalização, os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei.

6.1.3 – A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de substituição/admissão/demissão de empregados no primeiro mês da prestação dos serviços:

6.1.3.1 – Até 1 (*um*) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF. Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;

6.1.3.2 – Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

6.1.3.3 – Até 15 (*quinze*) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

6.1.3.4 – Até 10 (*dez*) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do Contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do Contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

6.1.4 – A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização.

6.1.5 – Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (*sete*) dias úteis, contado a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

6.1.6 – O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

6.1.7 – A Contratada deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante.

6.1.8 – Todos os empregados designados para este Contrato deverão possuir e estar devidamente treinados no uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's), descritos na Planilha de EPI, fornecidos pela Contratada.

6.1.9 – Todos os empregados da Contratada deverão estar devidamente uniformizados, conforme descrito na Planilha de Uniformes, e portando crachá de identificação.

6.1.10 – A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, a todos os seus empregados, mensalmente, 01 (*um*) talonário de vale-refeição, no 1º dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados.

6.1.11 – A Contratada se obriga a fornecer vale-transporte no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados.

6.1.12 – O vale-transporte será fornecido em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87).

6.1.13 – Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos às normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual responderá sempre única e exclusivamente perante às repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

6.1.14 – A Contratada afastará ou substituirá qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da fiscalização, causar embaraço a boa execução do serviço.

6.1.15 – A Contratada deverá providenciar a substituição, dentro do prazo máximo de 02 (*duas*) horas. Conta-se o prazo a partir do início do horário previsto do referido profissional ausente. Caso não seja possível efetuar a substituição, será considerada falta grave, sendo efetuado o desconto do valor correspondente na fatura a ser paga à Contratada. O referido desconto não exclui possíveis sanções.

6.1.16 – A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato pelo Contratante, um engenheiro elétrico contratado para seu quadro técnico, registrado no CREA, com comprovação de experiência mínima de 06 (*seis*) meses na função de Engenheiro Eletricista responsável por manutenção e operação de motores elétricos, acionamentos e comandos elétricos, proteção elétrica e seletividade, *softstarter* e inversores de frequência.

6.1.16.1 – O Engenheiro Eletricista mencionado no subitem anterior será o detentor de ART por todos os serviços a serem desenvolvidos de engenharia elétrica.

6.1.17 – A Contratada deverá manter, nas instalações do Contratante, equipamento para controle da carga horária de seus empregados alocados nas dependências do Contratante, com biometria, cujos relatórios deverão ser apresentados com a nota fiscal do faturamento mensal.

6.1.18 – Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados nos 03 (três) meses de execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica, consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.1.19 – A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do Contrato pelo Contratante, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo CREA, bem como comprovante de pagamento da taxa respectiva.

6.1.19.1 – O profissional responsável técnico será o engenheiro mecânico residente indicado no subitem 4.6.1.1 da Cláusula Quarta. Caso seja necessária a substituição de um dos responsáveis técnicos durante a vigência do Contrato, a Contratada deverá comunicar prévia, imediatamente e por escrito ao Contratante. O profissional a substituir deve possuir, no mínimo, o acervo técnico de igual qualificação do anterior.

6.1.19.2 – A Contratada deverá providenciar a apresentação de nova ART, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a substituição do responsável técnico.

6.1.20 – A Contratada deverá remunerar seus funcionários de acordo com os valores estipulados a título de remuneração na planilha de composição de custos.

6.1.21 – Horário de Trabalho:

Categoria Profissional	Quant.	2ª a 5ª	6ª	Total trabalhado (– almoço)
Engenheiro Mecânico	01	09:00 às 19:00 horas	09:00 às 18:00 horas	44 horas semanais

Categoria Profissional	Quant.	2ª a 5ª	6ª	Total trabalhado (– almoço)
Técnico em refrigeração	01	08:00 às 18:00 horas	09:00 às 18:00 horas	44 horas semanais
Mecânico de refrigeração	02	08:00 às 18:00 horas	08:00 às 18:00 horas	44 horas semanais
Técnico em eletrotécnica	01	08:00 às 18:00 horas	08:00 às 17:00 horas	44 horas semanais
Pintor	01	08:00 às 18:00 horas	08:00 às 17:00 horas	44 horas semanais

Categoria Profissional	Quant.	Plantão	Horário
Mecânico de refrigeração	04	12 x 36 diurno	09:00 às 21:00 horas (TRF2)
			07:00 às 19:00 horas (CCJF)
Ajudante de Mecânico	04	12 x 36 diurno	07:00 às 19:00 horas (TRF2)
			07:00 às 19:00 horas (CCJF)

6.1.22 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges,

companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

6.1.22.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

6.1.23 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução, nº 7, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

6.1.23.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo V do Edital de Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

6.1.24 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

6.1.24.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo IV do Edital de Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração.

6.1.25 - O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 6.1.22.1 e 6.1.24.1 será de, no máximo, 30 (*trinta*) dias a contar do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

6.1.26 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

6.1.26.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

6.1.27 - A Contratada deverá fornecer gratuitamente a todos os empregados/colaboradores, postos à disposição da execução do Contrato, todos os itens de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID -19), na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais normas específicas decretadas pelo Estado e pelo Município. A medida valerá enquanto perdurar o plano de contingência à COVID-19.

6.1.28 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

6.1.29 - A Contratada deverá comprovar seu credenciamento junto ao órgão fiscalizador da Prefeitura GEM (Gerência de Engenharia Mecânica) da Prefeitura, como empresa mantenedora de sistemas de ar condicionado central e ventilação mecânica (DECRETO RJ 22.281/2002).

6.2 – DO CONTRATANTE:

6.2.1 - Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços.

6.2.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada ou por seu preposto.

6.2.3 - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.

6.2.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados.

6.2.5 - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.

6.2.6 - Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da Contratada.

6.2.7 - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Contrato e no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

7.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e

qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

7.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

7.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

7.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

7.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

7.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

7.4 – A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (*quinze*) dias, conforme solicitação:

7.4.1 – Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

7.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

7.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

7.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

7.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

7.5 – A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

7.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) Até 1 (*um*) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
- b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não incluídos na relação;
- c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente

comunicada à fiscalização.

7.5.2 - Até 15 (*quinze*) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

7.5.3 - Até 10 (*dez*) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do Contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do Contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, se exigível;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;
- d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;
- e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (*sete*) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;
- f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

8.1 - DO PREÇO:

8.1.1 – Os valores unitários dos prestadores de serviços são os seguintes:

A) ITEM 01 – ENGENHEIRO MECÂNICO

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração

Categoria Profissional: Engenheiro Mecânico		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal R\$
A	Salário base	
B	Adicional noturno (20%)	
C	Hora Noturna Reduzida	
D	Outros (especificar)	
E	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	
C	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	
C	Outros (especificar)	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%
A	INSS	
B	SESI ou SESC	
C	SENAI ou SENAC	
D	INCRA	
E	Salário-educação	
F	FGTS	
G	Seguro acidente do trabalho	
H	SEBRAE	
TOTAL		
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	
TOTAL		
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%
A	Afastamento maternidade	

B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento		
TOTAL			
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)		
TOTAL			
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença-paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		
TOTAL			
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS		
4.2	13º (décimo terceiro salário)		
4.3	Afastamento maternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$		
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS		

	C2. COFINS		
	C3. ISS		
Total dos tributos			
TOTAL			
TOTAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Engenheiro Mecânico			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

B) ITEM 02 – TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: Técnico em Refrigeração		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal R\$
A	Salário base	
B	Outros (especificar)	
C	Outros (especificar)	
D	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	
C	Assistência médica e familiar	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	
C	EPI	
D	Outros (especificar)	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		

Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário-educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário		
B	Adicional de Férias		
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias		
TOTAL			
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento		
TOTAL			
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)		
TOTAL			
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença-paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		
TOTAL			
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			

Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS		
4.2	13º (décimo terceiro salário)		
4.3	Afastamento maternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$		
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS		
Total dos tributos			
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Técnico em Refrigeração			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

C) ITEM 03 – MECÂNICO EM REFRIGERAÇÃO (DIARISTA)

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: Mecânico em Refrigeração (Diarista)		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal R\$
A	Salário base	
B	Outros (especificar)	
C	Outros (especificar)	
D	Outros (especificar)	

TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	
C	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	
C	EPI	
D	Outros (especificar)	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		% VALOR R\$
A	INSS	
B	SESI ou SESC	
C	SENAI ou SENAC	
D	INCRA	
E	Salário-educação	
F	FGTS	
G	Seguro acidente do trabalho	
H	SEBRAE	
TOTAL		
Submódulo 4.2 – 13º Salário		% VALOR R\$
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	
TOTAL		
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		% VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	
TOTAL		
Submódulo 4.4 – Rescisão		% VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	

D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)		
TOTAL			
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença-paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		
TOTAL			
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS		
4.2	13º (décimo terceiro salário)		
4.3	Afastamento maternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$		
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS		
Total dos tributos			
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Mecânico em Refrigeração (Diarista)			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			

II – Benefícios mensais e diários	
III – Insumos diversos	
IV – Encargos sociais e trabalhistas	
Subtotal (I + II + III + IV)	
V – Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	

**D) ITEM 04 – MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO PLANTONISTA
(12x36) DIURNO**

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Mecânico de Refrigeração Plantonista (12x36) Diurno			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal R\$	
A	Salário base		
B	Outros (especificar)		
C	Outros (especificar)		
D	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)		
C	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes		
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)		
C	EPI		
D	Outros (especificar)		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário-educação		
F	FGTS		

G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário		
B	Adicional de Férias		
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias		
TOTAL			
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento		
TOTAL			
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)		
TOTAL			
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença-paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		
TOTAL			
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS		
4.2	13º (décimo terceiro salário)		
4.3	Afastamento maternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)		
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro		
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		VALOR R\$
A	Custos Indiretos	
B	Lucro	
C	Tributos	
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D	
	C1. PIS	
	C2. COFINS	
	C3. ISS	
Total dos tributos		
TOTAL		
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Mecânico de Refrigeração Plantonista (12x36) Diurno		
Descrição		PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração		
II – Benefícios mensais e diários		
III – Insumos diversos		
IV – Encargos sociais e trabalhistas		
Subtotal (I + II + III + IV)		
V – Custos indiretos, tributos e lucro		
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		

E) ITEM 05 – AJUDANTE DE MECÂNICO PLANTONISTA (12x36) DIURNO

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: Ajudante de Mecânico Plantonista (12x36) Diurno		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal R\$
A	Salário base	
B	Outros (especificar)	
C	Outros (especificar)	
D	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	
C	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	

E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	
C	EPI	
D	Outros (especificar)	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		% VALOR R\$
A	INSS	
B	SESI ou SESC	
C	SENAI ou SENAC	
D	INCRA	
E	Salário-educação	
F	FGTS	
G	Seguro acidente do trabalho	
H	SEBRAE	
TOTAL		
Submódulo 4.2 – 13º Salário		% VALOR R\$
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	
TOTAL		
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		% VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	
TOTAL		
Submódulo 4.4 – Rescisão		% VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	
TOTAL		
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		% VALOR R\$

A	Férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença-paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		
TOTAL			
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS		
4.2	13º (décimo terceiro salário)		
4.3	Afastamento maternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$		
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS		
Total dos tributos			
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Ajudante de Mecânico Plantonista (12x36) Diurno			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

F) ITEM 06 – TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Técnico em Eletrotécnica			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal R\$	
A	Salário base		
B	Adicional de Periculosidade (30%)		
C	Outros (especificar)		
D	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)		
C	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS			
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes		
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)		
C	EPI		
D	Outros (especificar)		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário-educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário		
B	Adicional de Férias		
Subtotal			

C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias		
TOTAL			
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento		
TOTAL			
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)		
TOTAL			
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença-paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		
TOTAL			
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS		
4.2	13º (décimo terceiro salário)		
4.3	Afastamento maternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+ M2+ M3+ M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		

D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$		
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS		
Total dos tributos			
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Técnico em Eletrotécnica			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

G) ITEM 07 – PINTOR

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: Pintor		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal R\$
A	Salário base	
B	Outros (especificar)	
C	Outros (especificar)	
D	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	
C	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	
C	EPI	
D	Outros (especificar)	

TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário-educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário		
B	Adicional de Férias		
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias		
TOTAL			
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento		
TOTAL			
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)		
TOTAL			
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença-paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		

TOTAL			
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS		
4.2	13º (décimo terceiro salário)		
4.3	Afastamento maternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$		
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS		
Total dos tributos			
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Pintor			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

PLANILHA TOTALIZADORA DE MÃO DE OBRA					
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (R\$)
01	ENGENHEIRO MECÂNICO	01			
02	TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO	01			
03	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO DIARISTA	02			

PLANILHA TOTALIZADORA DE MÃO DE OBRA					
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (R\$)
04	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO - PLANTONISTA DIURNO	04			
05	AJUDANTE DE MECÂNICO – PLANTONISTA DIURNO	04			
06	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	01			
07	PINTOR	01			
TOTAL		14			
VALOR TOTAL MENSAL - MÃO DE OBRA					
PRAZO DE VIGÊNCIA (12 MESES)					
VALOR TOTAL ANUAL - MÃO DE OBRA					

8.1.2 – O valor total anual dos equipamentos, discriminados no Anexo I deste Contrato, é de R\$ _____ (_____);

8.1.3 – O valor total anual dos equipamentos de proteção individual (EPI's), discriminados no Anexo I deste Contrato, é de R\$ _____ (_____);

8.1.4 – O valor total anual das ferramentas de uso comum, discriminados no Anexo I deste Contrato, é de R\$ _____ (_____);

8.1.5 – O valor total anual dos materiais, discriminados no Anexo I deste Contrato, é de R\$ _____ (_____);

8.1.6 – O valor total anual dos uniformes, discriminados no Anexo I deste Contrato, é de R\$ _____ (_____);

8.1.7 – O valor total anual dos serviços de limpeza de dutos e de tratamento de água a que se refere o subitem 8.3.2.12 deste Contrato é de:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO (R\$)	
SERVIÇOS DE LIMPEZA DE DUTOS / METRO LINEAR			
1	Limpeza do interior de dutos de ar condicionado do complexo predial da TRF2 da Rua Acre, 80. Centro, Rio de Janeiro.	Valor médio por item	
1.1	térreo 200 m lineares		
1.2	2° andar 150 m lineares		
1.3	3° andar 365 m lineares		
1.4	4° andar 365 m lineares		

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO (R\$)	
1.5	5° andar 365 m lineares		
1.6	6° andar 365 m lineares		
1.7	7° andar 365 m lineares		
1.8	8° andar 365 m lineares		
1.9	9° andar 365 m lineares		
1.10	10° andar 365 m lineares		
1.11	11° andar 365 m lineares		
1.12	12° andar 365 m lineares		
1.13	13° andar 365 m lineares		
1.14	14° andar 365 m lineares		
1.15	15° andar 365 m lineares		
1.16	16° andar 365 m lineares		
1.17	17° andar 365 m lineares		
1.18	18° andar 365 m lineares		
1.19	19° andar 365 m lineares		
1.20	20° andar 365 m lineares		
1.21	21° andar 365 m lineares		
1.22	22° andar 365 m lineares		
2	Limpeza do interior de dutos de ar condicionado do complexo predial do TRF2 da Rua Visconde de Inhaúma 68, Centro, Rio de Janeiro.	Valor médio por item	
2.1	térreo 95 m lineares		
2.2	2° andar 95 m lineares		
2.3	3° andar 95 m lineares		
3	Limpeza do interior de dutos de ar condicionado do CCJF - rua Rio Branco nº 241, Centro, Rio de Janeiro.	Valor médio por item	
3.1	subsolo 145 m lineares		
3.2	térreo 210 m lineares		
3.3	1° andar 230 m lineares		
3.4	2° andar 190 m lineares		
3.5	3° andar 117 m lineares		
3.6	Cobertura 104 m lineares		
TOTAL	8931 METROS DE DUTO		

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MÉDIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL(R\$)
01	Serviço de tratamento de água de condensação (torre anexo II, prédio sede, CCJF) e água gelada (TRF e CCJF - primários e secundários)		

8.1.8 - O valor total MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

8.1.9 – O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato [Subitem 8.1.1 (Planilha Totalizadora de Mão de Obra) x 12 + Subitem 8.1.2 + Subitem 8.1.3 + Subitem 8.1.4 + Subitem 8.1.5 + Subitem 8.1.6 + (Subitem 8.1.7 x 12)] é de R\$ _____
(_____);

8.1.10 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados;

8.1.11 – Os valores referentes à hora extra não integram as planilhas de formação de preços.

8.1.12 – O valor da hora extra para os profissionais descritos na Cláusula Segunda deste Contrato é de:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
01	Engenheiro Mecânico		
02	Técnico em refrigeração		
03	Mecânico de refrigeração diarista		
04	Mecânico de refrigeração plantonista diurno		
05	Ajudante de mecânico plantonista diurno		
06	Técnico em eletrotécnica		
07	Pintor		

8.2 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE:

8.2.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses.

8.2.1.1 - O interregno mínimo de 12 (*doze*) meses será contado:

- No tocante aos preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

- a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;
- a.2) Se não houver convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços;
- a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.
- b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.
 - b.1) Os preços dos de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.
- c) Quanto aos preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.
- d) No que se refere a preços de insumos, materiais e equipamentos, serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 12 (*doze*) meses previsto na alínea “b”.
- e) Quando o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses previsto na alínea “d” não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

8.2.2 – Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada e deverão vir acompanhados das peças elencadas a seguir:

8.2.2.1 - no caso das repactuações:

- a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;
- b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença

normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

8.2.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato **e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.**

8.2.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

8.2.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

8.2.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

8.2.5.1 - no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme estabelecido no Contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto neste Contrato;

8.2.5.2 - no caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

8.2.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 12 (*doze*) meses a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

8.2.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

8.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto.

8.3.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

8.3.1.1.1 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

- a) Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;
- b) Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (*onze por cento*), na forma da Instrução Normativa - RFB nº 2.110, de 17/10/2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;
- c) Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal pertinente.

8.3.1.2 - Para fins do disposto no subitem 8.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

8.3.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na **Subsecretaria de Controle de Custos de Compras**, situada na **Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar**, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, **devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br**, acompanhado dos seguintes documentos:

8.3.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

8.3.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

8.3.2.3 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

8.3.2.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

8.3.2.5 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

8.3.2.5.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte se dará com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela

- Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do Contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários.
- 8.3.2.6 - Comprovantes de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;
- 8.3.2.6.1 - A comprovação da entrega de auxílio-alimentação dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.
- 8.3.2.7 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de relatório de ponto biométrico, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;
- 8.3.2.7.1 - Demonstrativo do cálculo utilizado (memória de cálculo) para fins de determinação do valor devido aos serviços emergenciais de caráter corretivos executados fora do horário normal do expediente, prestados no mês de referência do documento fiscal.
- 8.3.2.8 – A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;
- 8.3.2.9 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;
- 8.3.2.10 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador;
- 8.3.2.11 - Todos os materiais e componentes deverão ser fornecidos pela Contratada, aos preços por ela propostos, nos termos deste Contrato, os quais serão medidos pelos quantitativos efetivamente gastos e pagos pelo Contratante mensalmente;
- 8.3.2.12 - A Contratada apresentará mensalmente documento fiscal com os valores a que se referem as planilhas contidas no subitem 8.1.7 deste Contrato, relativamente aos serviços de tratamento de água e os referentes à limpeza de dutos, bem assim quanto à manutenção corretiva dos *chiller*, quando estes ocorrerem;

8.3.2.13 - Relatório dos serviços executados e dos materiais efetivamente consumidos no período correspondente, sem o qual o documento fiscal não será atestado.

8.3.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

8.3.4 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 8.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.3.5 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

8.3.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/21, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

8.3.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 8.3.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8.3.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012- Plenário-TCU).

8.3.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

8.3.8 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/03 e a legislação municipal aplicável.

8.4 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

8.4.1 - Será destacado do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

8.4.1.1 - Férias;

8.4.1.2 - 1/3 constitucional;

8.4.1.3 - 13º Salário;

8.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

8.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

8.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo

discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/18-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.2 da IN 05/2017 – MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser destacado da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ n. 169/2013.

8.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 8.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.4 - Os depósitos devem ser efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

8.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

8.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação.

Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

8.4.8 - A Contratada poderá:

8.4.8.1 – solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 8.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (*um*) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria, quando exigível, com a comprovação de depósito em conta corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.8.2 – movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta corrente dos empregados, exclusivamente para pagamento das verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013 e 248/2018 e pela IN 1/2016-CJF, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do

empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT, homologado, se exigível) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

§ 1º - Nas hipóteses do subitem 8.4.8.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT, homologado, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato.

§ 2º - Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

8.4.9 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no art.12 da IN 2016/0001 do CJP, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram destacadas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

8.4.10 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 8.4.1.

8.4.11 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 8.4.8.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas destacadas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

8.4.12 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 183/2013, de 24/10/2013, e 248/2018, de 24/05/2018, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJP-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
3.3.90.37.04 – Manut e Conservação de Bens Imóveis	168.413 (JC)	

9.2 - Na parcela referente ao exercício de 2024, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

10.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de **R\$** _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor anual deste Contrato.

10.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada ao Contratante no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

10.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

10.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada, conforme previsto na Cláusula Décima Primeira deste Contrato;

10.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

10.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

10.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 10.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

10.4 - O atraso superior a 25 (*vinte e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

10.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 10.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

10.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 10.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

10.4.3. - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

10.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo

instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

10.6 - Será considerada extinta a garantia:

10.6.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

10.6.2 - Com a extinção do Contrato.

10.7 - Isenção de responsabilidade da garantia:

10.7.1 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.7.1.1 - Caso fortuito ou força maior;

10.7.1.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

10.7.1.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

10.7.1.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.

10.7.2 - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 10.7.1.3 e 10.7.1.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

10.8 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES:

11.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do Contratante, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

11.1.1 - apresentar documentação falsa;

11.1.2 - fraudar a execução do Contrato;

11.1.3 - comportar-se de modo inidôneo;

11.1.4 - cometer fraude fiscal;

11.1.5 - fizer declaração falsa.

11.2 - Para os fins do subitem 11.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

11.3 -. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falhas na execução

do Contrato, de inexecução parcial ou total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 11.4, 11.5 e 11.7 desta Cláusula e nas Tabelas 1 e 2, discriminadas na Cláusula Décima Quinta deste Contrato, com as seguintes penalidades:

11.3.1 - advertência;

11.3.2 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (*dois*) anos;

11.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

11.3.4 - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos.

11.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinete por cento*) do valor do Contrato.

11.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

11.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

11.6.1 - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 07 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço; ou

11.6.2 - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Contrato por 03 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

11.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 11.6.1 e 11.6.2, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% (*cinco por cento*) do Contrato.

11.8 - A falha na execução do Contrato estará configurada quando a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 2 constante da Cláusula Décima Quinta, respeitada a graduação de infrações conforme Tabela 1 da citada Cláusula, e alcançar o total de 20 (*vinete*) pontos, cumulativamente.

11.9 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada:

11.9.1 - Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida;

11.9.2 - Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação formal do Contratante;

11.9.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

11.9.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

11.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria nº [TRF2-PTP-2017/00110](#), de 15/03/2017.

11.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO:

12.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

12.2 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2.1 - A rescisão mencionada no item anterior se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

13.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º101/2023 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII;
- b) Proposta datada de __/__/2023, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2023/____);
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA, se houver, emitido pela SEMMEC (Seção de Manutenção de Instalações Mecânicas), situada na Rua Acre, nº 80, 16º andar, sala 1603, Centro, Rio de Janeiro/RJ, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato (TRF2-CAP-2023/____).

13.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

14.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

14.2 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

14.3 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

14.4 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

14.5 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Primeira do presente Contrato.

14.6 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (*sessenta*) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

14.6.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

14.6.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (*três*) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

14.6.3 – O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

14.6.4 - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o Contratante;

14.6.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

14.7 - A vantajosidade econômica para a prorrogação do Contrato, mencionada no subitem 14.6.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

14.7.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no Contrato;

14.7.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

14.8 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS / FALHAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

15.1 - DO ACORDO DO NÍVEL DE SERVIÇOS (ANS):

15.1.1 - Fica estabelecido entre as partes o Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados e falhas na execução contratual pela Contratada;

15.1.2 - A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

15.1.3 - As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços - ANS se referem a fatos cotidianos da execução do Contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

15.1.4 - O Contratante poderá alterar a metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior, não houver prejuízos para a Contratada e for previamente aprovado pelo Contratante.

15.2 - DOS PROCEDIMENTOS:

15.2.1 - O gestor do Contrato, designado no item 7.1 da Cláusula Sétima do Contrato, acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela Contratada;

15.2.2 - Verificada a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o gestor notificará o preposto para que a Contratada solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos;

15.2.3 - A notificação quanto a existência de irregularidades na execução do Contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato;

15.2.4 - Constatada irregularidade passível de notificação por escrito, o gestor preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, dia e horário do ocorrido;

15.2.5 - O gestor, ao receber da Contratada as faturas mensais para ateste, procederá com o cálculo de glosas conforme subitem 15.3, a ser incluído no formulário de atesto de notas fiscais;

15.2.6 - O percentual a ser glosado será aplicado sobre o serviço mensal prestado, não incluindo sobre os valores monetários referentes aos materiais empregados;

15.2.7 - Os valores glosados em períodos anteriores não são passíveis de restituição, em meses posteriores.

15.3 - DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO:

15.3.1 - O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência em função do impacto na prestação dos serviços de manutenção;

15.3.2 - Os serviços em função da pontuação recebida será “Qualidade pelo serviço prestado” - QSP entre satisfatório, regular, ineficiente, ruim, insuficiente e péssimo. Se a empresa não apresentar nenhuma pontuação no mês considera-se o serviço prestado como ótimo;

15.3.3 - A avaliação será realizada mensalmente para compor as glosas previstas. Serão consideradas cumulativamente as ocorrências descritas na tabela 2. Com base no somatório de ocorrências verifica-se na tabela 1 o percentual a ser glosado na fatura mensal.

TABELA 01

GRAU	AJUSTE NO PAGAMENTO
01	0,5% sobre o valor prestado no mês
02	1,0% sobre o valor prestado no mês
03	1,5% sobre o valor prestado no mês
04	2,0% sobre o valor prestado no mês
05	3,5% sobre o valor prestado no mês

TABELA 02

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	INCIDÊNCIA
1	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	3	Por empregado e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por dia e por posto
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato.	1	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	INCIDÊNCIA
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência
9	Retirar das dependências do Contratante quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em Contrato, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
10	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante.	3	Por empregado e por ocorrência
DEIXAR DE:			
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	3	Por empregado e por dia
12	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	3	Por empregado e por dia
13	Cumprir horário estabelecido pelo Contrato ou determinado pela fiscalização.	2	Por ocorrência
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por ocorrência
15	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	3	Por ocorrência
16	Apresentar documentação comprobatória da capacitação, qualificação e habilitação de engenheiro mecânico, técnico de refrigeração, em caso de substituição de algum profissional do Contrato em até 30 dias da ocorrência da mesma.	3	Por ocorrência e por dia
17	Baixar a ART do engenheiro egresso do Contrato e registrar nova ART do engenheiro substituto.	1	Por ocorrência
18	Fornecer os materiais e equipamentos elencados neste Contrato que se façam necessários aos serviços.	2	Por ocorrência
19	Fornecer ferramentas de uso coletivo e individual elencados neste Contrato que se façam necessários aos serviços.	2	Por ocorrência

15.4 - O aumento do consumo mensal de energia, decorrente exclusivamente de imperícias e inexistência de manutenção do sistema de ar condicionado e exaustão ou ventilação será integralmente arcado pela Contratada.

15.5 - Em caso de parada do sistema de ar condicionado que resulte em suspensão temporária do expediente, além da aplicação da pontuação das tabelas de infração, discriminadas no item 15.3 desta Cláusula, será incluída penalidade de 5% (*cinco por cento*) ao dia de expediente suspenso, sem exclusão das sanções passíveis.

15.5.1 - Se o expediente suspenso ou ocorrência incidir na sexta-feira, a pontuação da ocorrência deverá incluir como quantitativo os dias de sexta-feira, sábado e domingo para a aplicação da glosa.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

16.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

16.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS CASOS OMISSOS:

17.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

18.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/95 e nº 10192 de 14/02/2001.

18.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

18.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

18.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

18.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas, previstas nas Cláusulas Décima Primeira e Décima Quinta do Contrato, dos valores devidos pelos serviços prestados.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

ANEXO I

PLANILHA DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS (TRF2-CAP-2022/28398)*

PLANILHA DE EPI (TRF2-CAP-2022/28399)*

PLANILHA DE FERRAMENTAS (TRF2-CAP-2022/28400)*

PLANILHAS DE MATERIAIS (TRF2-CAP-2022/28402)*

PLANILHAS DE UNIFORMES (TRF2-CAP-2022/28405)*

PLANILHA DE SERVIÇOS (TRF2-CAP-2022/28401)*

***a ser substituído pelo ‘CAP’ da Proposta de Preços a ser apresentada pela Contratada.**